

PARTE V - RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO - EXERCÍCIO DE 2015

Introdução

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 atribuiu ao Congresso Nacional, mediante controle externo, e ao Sistema de Controle Interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário o dever de realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e de suas entidades da administração direta e indireta, conforme caput do artigo 70. Ainda, em seu artigo 74 e incisos, estabeleceu que o Sistema de Controle Interno de cada Poder tem a finalidade de:

- avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; e
- apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Em complementação às disposições trazidas pela Constituição Federal acerca do papel do Sistema de Controle Interno, a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, em seu art.21, estabeleceu, especificamente com relação ao Poder Executivo Federal, que:

Art. 21. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal compreende as atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e de avaliação da gestão dos administradores públicos federais, utilizando como instrumentos a auditoria e a fiscalização.

Ainda, a Lei nº 10.180 atribuiu à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC – o papel de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, ao qual, entre outras atribuições, foi imputada a competência para elaborar a Prestação de Contas Anual do Presidente da República a ser encaminhada ao Congresso Nacional, nos termos do art. 84, inciso XXIV, da Constituição Federal.

Com relação especificamente à competência de elaborar a Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR –, o artigo 36 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União – TCU –, em seu parágrafo único, também abordou o tema, estabelecendo o conteúdo mínimo que deveria compor a PCPR, qual seja: balanços gerais da União e relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 165 da Constituição Federal.

Por todo o exposto, visando atender às exigências constitucionais e legais aqui abordadas e, sobretudo, aumentando a transparência e promovendo a melhoria no processo de *accountability*, a Controladoria-Geral da União apresenta na Prestação de Contas da Presidente da República o Relatório do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal referente ao exercício de 2015.

Este Relatório apresentará as principais ações desenvolvidas pela CGU ao longo do ano de 2015, de forma que os cidadãos possam se apropriar dessas ações que objetivam fortalecer a gestão dos administradores públicos, prevenir e combater a corrupção, bem como avaliar a execução orçamentária federal do exercício de 2015 e o alcance das metas estabelecidas no Plano Plurianual 2012-2015.

O objetivo principal é prestar contas ao cidadão acerca da atuação da Controladoria-Geral da União e, assim, aproximar, cada vez mais, o Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal da sociedade.

Ressalta-se que, a despeito do estabelecido na Lei nº 10.180, o Decreto nº 8.109, de 17 de setembro de 2013, transferiu para a Controladoria-Geral da União o papel de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 1º do Anexo I.

Portanto, as atividades do denominado Sistema de Controle Interno que serão aqui abordadas envolvem, não apenas as ações da SFC, mas sim, todas as atividades desenvolvidas pelas demais secretarias da CGU.

A Controladoria Geral da União

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do Governo Federal responsável por assistir direta e imediatamente o Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo Federal, sejam relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

Para desenvolver as múltiplas funções inerentes ao Sistema de Controle Interno, a Controladoria-Geral da União se organizou em quatro grandes unidades, quais sejam: Secretaria Federal de Controle Interno, Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, Ouvidoria-Geral da União e Corregedoria-Geral da União.

Para a Controladoria-Geral da União a transparência é o melhor antídoto contra corrupção, dado que ela é um mecanismo indutor para que os gestores públicos ajam com responsabilidade.

Uma gestão pública transparente permite à sociedade colaborar no controle das ações de seus governantes, com intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam.

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal representa a estrutura criada pelo Estado para fiscalizar a aplicação de recursos públicos, inibir a corrupção, evitar o desperdício, primar pela qualidade da gestão pública e pela efetividade das políticas públicas.

Compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal:

- Controladoria-Geral da União, que exerce o papel de órgão central; e
- órgãos setoriais: as Secretarias de Controle Interno do Ministério da Defesa, do Ministério das Relações Exteriores, da Casa Civil e da Advocacia - Geral da União. No âmbito de suas jurisdições, os órgãos setoriais têm as mesmas competências do órgão central.

A área de atuação do Órgão Central do Sistema de Controle Interno abrange todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, excetuados aqueles jurisdictionados aos órgãos setoriais. A CGU também deve exercer, como órgão central, a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno, o Sistema de Correição e de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, prestando a necessária orientação normativa, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa esteja integrado.

Para promover a integração e a harmonização de entendimentos sobre matérias de competência do sistema, foi criada a Comissão de Coordenação de Controle Interno – CCCI do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, composta pelo titular do órgão central, que a preside, e pelos titulares dos órgãos setoriais.

Em 2015, houve deliberações que trataram de temas relevantes para o Controle Interno, cujas discussões podem ser obtidas no site da CGU (<http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/comissao-de-coordenacao-de-controle-interno-ccci/documentos-de-reunioes>).

Atuação da CGU em 2015

O objetivo deste capítulo é apresentar aos cidadãos as atividades desenvolvidas pela Controladoria-Geral da União ao longo do ano de 2015.

AUDITANDO E FISCALIZANDO	QUANTIDADE
•Auditoria Anual de Contas – AAC	345
•Avaliação da Execução dos Programas de Governo – AEPG	16
•Auditoria de Projetos de Recursos Externos	84
•Auditoria de Tomada de Contas Especial – TCE	2.638
•Análise de atos de pessoal – AP	53.806
•Fiscalização de Municípios – FM	105
•Operações Especiais – OE	32
•Avaliações de Integridade (pilotos)	04

PENALIZAÇÕES DE SERVIDORES 2015	QUANTIDADE
•Demissões	447
•Cassações de Aposentadoria	53
•Destituições de Cargo em Comissão	41
TOTAL	541

OUVINDO O CIDADÃO	QUANTIDADE
•Lei de acesso à informação	334.463 pedidos registrados
•Portal da Transparência	1,36 milhões de acessos mensais
Total	

ENFRENTANDO A CORRUPÇÃO	DADOS
•Escala Brasil Transparente	2.079 análises
•Programa Brasil Transparente	84 novos parceiros
•Concurso Desenho e Redação	12.000 trabalhos
•Programa Olho Vivo no Dinheiro Público	847 cidadãos capacitados
•Conflito de Interesses	1.100 consultas
•Sistema e-Ouv	21.025 manifestações recebidas

5.1. AUDITANDO E FISCALIZANDO

Secretaria Federal de Controle Interno

A Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) é a unidade da CGU responsável por:

- avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional

Essas atividades são realizadas pela SFC, em conjunto com as unidades regionais, em todo o território nacional por meio de auditorias e fiscalizações sobre os recursos federais aplicados diretamente pelo Governo Federal ou aqueles administrados por estados, municípios ou terceiro setor, quando recebedores de transferências de recursos federais.

Auditorias e Fiscalizações

As atividades da SFC podem ser classificadas em três grandes eixos de controle, quais sejam: prevenção, detecção e correção.

Esses eixos, todavia, não são totalmente segregados. Muitas ações de controle, a despeito de serem classificadas em eixo determinado, podem englobar atividades relativas aos demais eixos.

Por exemplo, ao realizar auditorias sobre a prestação de contas dos gestores ou avaliação dos resultados da gestão têm-se um olhar sobre os fatos ocorridos no passado visando detectar possíveis erros.

Todavia, tais ações de controle visam, também, proferir recomendações no sentido de evitar futuros problemas, minimizar futuros riscos, atuando assim de forma preventiva, por meio de revisões normativas, redesenho de processos, usos e alocação eficiente de recursos e de pessoas, transparência do processo decisório e etc.

5.1.1. Controles Preventivos

Os controles preventivos são normalmente concebidos para reduzir a frequência de materialização de eventos de risco, agindo sobre a probabilidade de sua ocorrência, evitando-a. Auxilia para que os fatos aconteçam de acordo com o que foi planejado.

Avaliação da Integridade

Em 2015, a Secretaria Federal de Controle Interno trabalhou na elaboração de uma nova metodologia para a avaliação das medidas de integridade em empresas estatais. Essas medidas dizem respeito a políticas e instrumentos voltados para a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e de fraude.

A nova metodologia permite avaliar as medidas de integridade adotadas pelas empresas estatais sob as óticas da existência, qualidade e efetividade. Essa avaliação considera diversos aspectos, como, por exemplo: comprometimento da alta administração; padrões de conduta e código de ética aplicáveis aos empregados e administradores; treinamento e comunicação; canais de denúncia; diligências prévias à contratação e medidas de supervisão de fornecedores; transparência, etc.

A metodologia foi testada com quatro avaliações-piloto desenvolvidas no Banco do Nordeste, Empresa de Correios e Telégrafos, Furnas e Eletronorte, realizadas no segundo semestre de 2015. A escolha dessas estatais ocorreu em função da área de atuação: financeira, logística e elétrica. A ideia foi diversificar a análise das políticas de *compliance*, em razão das especificidades de cada setor econômico, seus aspectos de materialidade e de risco a fraudes.

O objetivo do trabalho foi avaliar a existência, a qualidade e a efetividade de políticas e programas voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e de atos de corrupção.

De modo geral, as avaliações demonstraram que algumas medidas de integridade estão presentes nas estatais por força de legislações, regulamentações ou de práticas disseminadas entre as instituições públicas. É o caso, por exemplo, das ouvidorias, que cumprem o papel de recebimento de denúncias; ou das medidas de transparência, influenciadas diretamente pela Lei de Acesso à Informação (LAI). No entanto, a CGU verificou também que diversas medidas de integridades ainda estão em estágio embrionário ou inexistem nas empresas.

Nas quatro empresas avaliadas, verificou-se a existência de Código de Ética, tendo sido observada, no entanto, a necessidade de intensificação das comunicações emitidas pela alta administração em relação aos padrões éticos e de conduta esperados, de modo que essa instância figure como principal incentivadora e divulgadora da integridade nas empresas.

Em duas das estatais foi verificada a existência de área específica responsável pelas políticas de integridade. Nas outras duas, o tema vem sendo conduzido por várias áreas.

Em relação ao treinamento e à comunicação relativos ao tema integridade, foi identificada, nas quatro empresas, a necessidade de seu aprimoramento. Com relação especificamente ao treinamento, identificou-se, também, a necessidade de se avaliar o impacto efetivo de tais capacitações.

Em todas as empresas foi verificada a existência de canais destinados à recepção de denúncias, tanto do público interno, quanto externo.

A partir das fragilidades e das oportunidades de melhoria identificadas, as estatais se comprometeram a elaborar um plano de ação, com vistas a promover o aprimoramento dos mecanismos de integridade ao longo de 2016. A adoção de providências será monitorada pela CGU.

Dando continuidade ao trabalho de reforço à atuação preventiva nas estatais federais, a CGU irá realizar, ao longo de 2016, mais 27 auditorias de avaliações de integridade.

Também foi lançado, em 2015, o Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais, destinado:

- à alta direção das empresas estatais do Poder Executivo Federal, que pode utilizá-lo como apoio para implantar ou aprimorar seus Programas de Integridade, buscando o cumprimento de normas

anticorrupção aplicáveis à entidade;

- àqueles que estejam envolvidos na implantação de instrumentos, processos e estruturas do Programa de Integridade nas empresas estatais, e que necessitem de um documento que contenha os elementos essenciais geralmente abordados na legislação para implantação e manutenção do Programa; e
- aos demais profissionais das empresas estatais e demais interessados que estão iniciando programa de integridade.

Mais do que apenas um conjunto de diretrizes teóricas, o Guia reúne exemplos e boas práticas, sempre adaptadas à realidade específica das empresas estatais, reconhecendo a legislação a que estão sujeitas e que, em muitos casos, impacta diretamente o tipo de mecanismos de integridade que podem e devem implementar.

Para apoiar a construção ou aperfeiçoamento dos programas de integridade em empresas estatais, o Guia apresenta uma lógica de visão sistêmica do programa concatenando seus principais elementos.

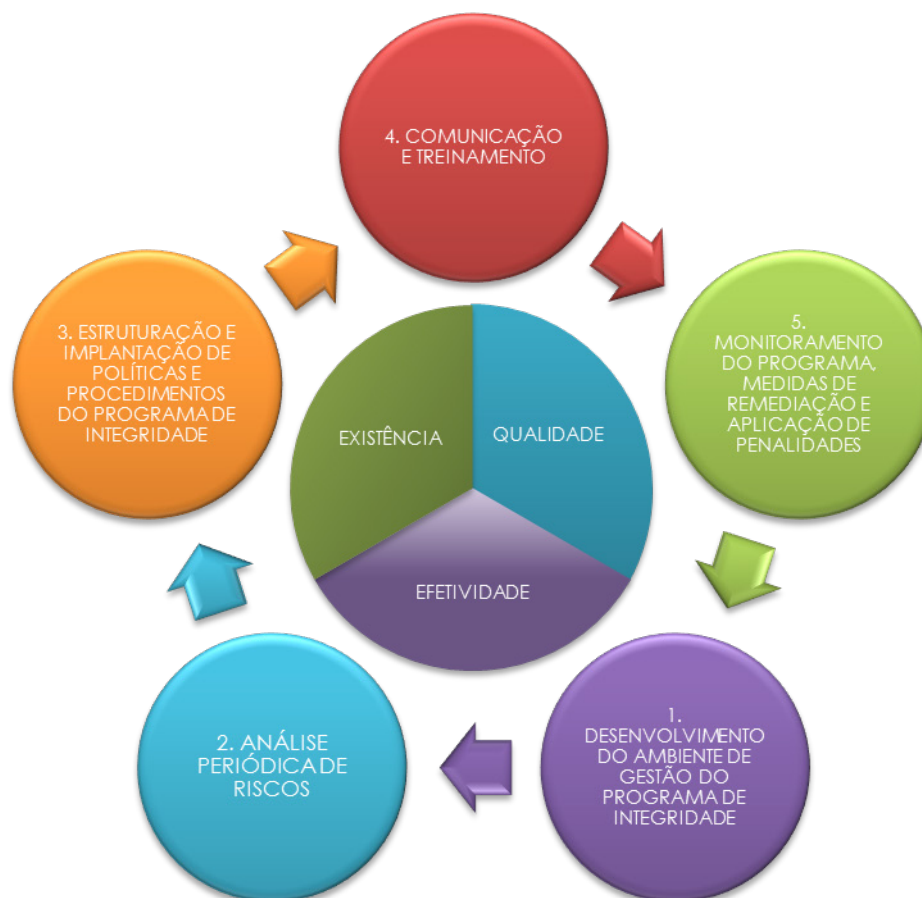
A estrutura integrada do programa de integridade das empresas estatais, apresentada abaixo, traz um ciclo com 5 componentes e 15 elementos, para estruturar de forma lógica o programa de integridade.

Cada um dos 15 elementos deve ser abordado sob os aspectos da existência, da qualidade e da efetividade.

Estes mesmos elementos, estruturados nos cinco componentes do programa, são objeto de avaliação no escopo da metodologia de auditoria de integridade que foi testada em 2015 e que será utilizada nas 27 avaliações a serem realizadas em 2016.

A seguir encontra-se a estrutura do programa de integridade das empresas estatais.

ESTRUTURA INTEGRADA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE DAS EMPRESAS ESTATAIS



1. DESENVOLVIMENTO DO AMBIENTE DE GESTÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

- 1.1. Comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluindo os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao Programa.
- 1.2. Independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do Programa de Integridade e fiscalização de seu cumprimento.

2. ANÁLISE PERIÓDICA DE RISCOS

- 2.1. Análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao Programa de Integridade

3. ESTRUTURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

- 3.1. Padrões de conduta e código de ética aplicáveis a todos os empregados e administradores, independente de cargo ou função exercidos;
- 3.2. Políticas e procedimentos de integridade a serem aplicadas por todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos;
- 3.3. Registros e controles contábeis que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras da pessoa jurídica;
- 3.4. Diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- 3.5. Verificação, durante os processos de cisões, fusões, incorporações e transformações, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;
- 3.6. Canais de denúncias adequados e suficientes e política de incentivo às denúncias e proteção aos denunciantes;
- 3.7. Processo de tomada de decisões.

4. COMUNICAÇÃO E TREINAMENTO

- 4.1. Treinamentos periódicos e comunicação sobre o Programa de Integridade;
- 4.2. Transparência da pessoa jurídica

5. MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE E MEDIDAS DE REMEDIAÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES

- 5.1. Monitoramento contínuo do Programa de Integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos;
- 5.2. Procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;
- 5.3. Aplicação de medidas disciplinares em caso de violação do Programa de Integridade.

Programa Capacita

O Programa Capacita é uma iniciativa da CGU que objetiva promover a melhoria da gestão de recursos públicos por meio da oferta contínua de orientações e capacitações a gestores federais em áreas relacionadas à atuação do Controle Interno.

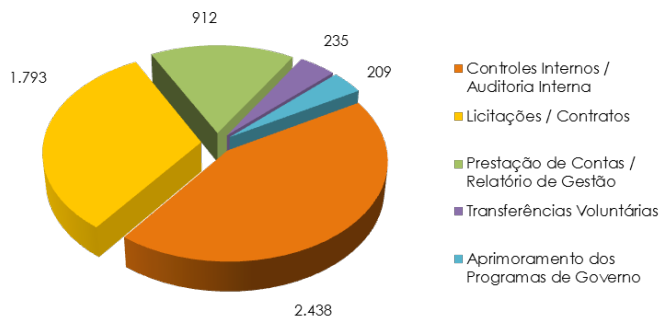
Busca fortalecer o controle preventivo, valorizar as iniciativas de interação com os gestores públicos federais e promover a melhoria da gestão dos recursos públicos.

Em 2015, foram capacitados por meio desse programa mais de cinco mil servidores federais em temas relativos ao controle interno.

Os cursos são oferecidos de acordo com as necessidades e os temas de interesse dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. As modalidades de eventos são: à distância, seminários, palestras, oficinas, dentre outras. As capacitações são realizadas tanto pelas unidades do órgão central, em Brasília, quanto pelas Unidades Regionais da CGU em todo o Brasil.

O gráfico ao lado apresenta a distribuição do quantitativo de servidores capacitados pela temática dos cursos:

QUANTIDADE DE SERVIDORES CAPACITADOS POR TEMA



Fonte: CGU/SFC

O quadro a seguir evidencia a distribuição por tema e unidade da federação.

CAPACITAÇÃO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

UF	CONTROLES INTERNOS / AUDITORIA INTERNA	LICITAÇÕES / CONTRATOS	PRESTAÇÃO DE CONTAS / RELATÓRIO DE GESTÃO	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	APRIMORAMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO	TOTAL
AL	26	49	49		49	173
AP			43			43
BA	30	22	123			175
CE	106					106
DF	847	519	305	1	160	1832
ES		28				28
GO	128	178	55			361
MG			70			70
MS	172	28				200
PA	494	173	173			840
PE	64	30	43			137
PI	21		16			37
PR	64	143				207
RJ	104	323				427
RN	23	68	35			126
RO	27	20				47
RR	45					45
RS	80					80
SC	28			234		262
SE	74	212				286
SP	105					105
TOTAL	2438	1793	912	235	209	5587

Fonte: CGU/SFC

Além dos cursos ofertados, o Programa disponibiliza no site da CGU a Coleção Capacita que pode ser acessada por qualquer interessado. Atualmente a coleção engloba seis cartilhas com perguntas e respostas que visam, especialmente, orientar os gestores e servidores que atuam nas áreas de: Diárias e Passagens; Licitações e Contratos Administrativos; Sistema de Registro de Preços; Tomada de Contas Especial e Transferências de Recursos da União.

Parceria com Auditorias Internas

O Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000 atribuiu à Secretaria Federal de Controle Interno a competência de avaliar o desempenho da auditoria interna das entidades da administração indireta federal. Nesse contexto, a SFC participou ativamente em 2015 das análises e discussões realizadas com vistas à atualização dos normativos que dispunham sobre a elaboração, a apresentação e o acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT). Em decorrência dos trabalhos, que também contaram com a participação de integrantes das auditorias internas e de Assesores Especiais de Controle Interno (AECI), foi editada a Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015.

A iniciativa está inserida no projeto “Dinamização das Auditorias Internas”, que tem por objetivo fomentar a atuação dessas unidades, para que possam contribuir de forma decisiva em seus órgãos ou entidades para a efetividade dos controles internos (controle primário), para o fortalecimento da gestão e para a correção de rumos.

Na primeira etapa do projeto, além da publicação dos novos normativos, foi realizado diagnóstico destinado ao levantamento de práticas, boas experiências e dificuldades em termos de normativos, desenvolvimento de pessoal, sistemas informatizados, atividades desenvolvidas e formalização de procedimentos.

A partir da consolidação das informações, será possível, em 2016, mapear as ações necessárias em termos de integração de sistemas e possibilidades de melhoria na atuação conjunta das auditorias internas e da CGU, de forma a racionalizar as ações de controle e aprimorar a gestão dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Em complemento a este projeto, a SFC acredita que a participação em eventos conjuntos com unidades de auditoria interna é fundamental para o aperfeiçoamento de procedimentos e técnicas de auditoria, o estímulo ao intercâmbio de experiências e melhores práticas entre as unidades, o aprimoramento e atualização dos conhecimentos técnicos e normativos, a realização de cursos conjuntos de capacitação e a realização de auditorias integradas.

Nesse sentido, em 2015, houve participação da SFC nos seguintes eventos:

- 8º Encontro do Comitê Técnico de Auditoria promovido pelo Ministério da Integração Nacional (CTA/MI) e por suas unidades de auditoria interna;
- 1º Encontro de Auditorias Internas do Ministério do Meio Ambiente, promovido juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e
- FONAI Tec (duas edições) - Capacitação Técnica dos Integrantes das Auditorias Internas do Ministério da Educação.

Outro exemplo dos esforços empreendidos pela SFC para aproximação e fortalecimento das unidades de auditoria interna foi o evento promovido em parceria com o Banco Central com o objetivo de discutir avanços e desafios do controle interno, bem como debater as principais soluções informatizadas implantadas na atividade de auditoria.

Em 2015 foram realizados mais de 60 auditorias compartilhadas com unidades de auditoria interna de entidades vinculadas ao Ministério da Educação, Ministério da Previdência Social e Ministério da Integração Nacional.

5.1.2. Controles Detectivos

Utilizados para identificar eventos que possam comprometer o alcance dos objetivos de determinada política pública, os controles detectivos buscam avaliar a aplicação dos recursos públicos durante ou após sua execução e, se necessário, propor correção de rumos. No âmbito do Órgão Central do Controle Interno, várias atividades estão correlacionadas ao controle detectivo, quais sejam:

Avaliação de Programas de Governo - AEPG

A metodologia de Avaliação de Programas de Governo - AEPG visa avaliar a execução dos programas federais, o alcance dos seus objetivos e a adequação do seu gerenciamento. A metodologia envolve o mapeamento das políticas públicas, a hierarquização dos programas de governo e a priorização das ações de governo que serão avaliadas.

Essa priorização é feita mediante a aferição de critérios de materialidade, relevância e risco, a partir dos quais elabora-se um ranking dos programas e seleciona-se os que serão avaliados.

Para cada ação governamental priorizada, desenvolve-se estudo acerca de suas formas de execução e definem-se as questões estratégicas que serão respondidas ao longo da avaliação. Após o detalhamento da abordagem de avaliação, as verificações in loco são realizadas em todo o território nacional.

O passo seguinte é a consolidação e a análise das verificações, viabilizando a elaboração e a apresentação aos gestores federais de relatórios de acompanhamento que contêm recomendações, as quais são discutidas com os responsáveis pela execução das ações de governo avaliadas. Na sequência, inicia-se o ciclo de monitoramento das providências adotadas.

Ao longo do exercício de 2015, foram publicados 16 relatórios de Avaliação da Execução de Programas de Governo, conforme detalhamento a seguir:

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO - 2015

NÚMERO DO RELATÓRIO PUBLICADO	MINISTÉRIO	PROGRAMA AVALIADO
Relatório nº 35	Educação	Programa Universidade para Todos (Prouni)
Relatório nº 36	Justiça	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública
Relatório nº 37	Cultura	Preservação do Patrimônio Histórico Urbano
Relatório nº 38	Educação	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica (Pnate)
Relatório nº 39	Comunicações	Implantação de Telecentros Comunitários
Relatório nº 40	Previdência Social	Compensação Previdenciária
Relatório nº 41	Desenvolvimento Agrário	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas
Relatório nº 42	Previdência Social	Pagamento de Auxílio-Doença
Relatório nº 43	Transportes	Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Expl. da Infraestrutura Rodoviária
Relatório nº 44	Cidades	Pró-Transporte - Setor Público - PAC Copa/Mobilidade
Relatório nº 45	Cidades	Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Relatório nº 46	Integração Nacional	Ações de Defesa Civil no Estado de Minas Gerais
Relatório nº 47	Integração Nacional	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte
Relatório nº 48	Desenvolvimento Agrário	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais
Relatório nº 49	Saúde	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
Relatório nº 50	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Erradicação da Febre Aftosa

Fonte: CGU/SFC

Fiscalização em Entes Federativos

A SFC fiscaliza os recursos públicos federais aplicados por entes federativos (estados, municípios e Distrito Federal) por meio de diversas atividades, tais como:

- o Programa de Fiscalização em Entes Federativos – FEF;
- fiscalizações que têm origem em Demandas Externas (como denúncias, requisições de ações de controle solicitadas por administradores públicos, representantes de entidades, cidadãos; e
- Operações Especiais realizadas em parceria com os demais órgãos de defesa do Estado.

O Programa de Fiscalização em Entes Federativos foi criado em 2015, com o objetivo de aprimorar o Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos, criado em 2003.

No antigo programa, os Municípios eram selecionados de forma aleatória, em sorteio operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, aplicando a mesma tecnologia utilizada em suas loterias.

Até a 39ª edição, foram fiscalizados mais de dois mil municípios brasileiros, o que corresponde a quase 40% do total dos municípios, e recursos superiores a R\$ 20 bilhões.

Em 2015, foram fiscalizados, no primeiro semestre, 60 municípios selecionados por meio de sorteio.

No segundo semestre de 2015, para selecionar para fiscalização unidades da Federação que tiveram os recursos transferidos pela União, a SFC desenvolveu metodologia específica (Matriz de Vulnerabilidade), que agrega diversos indicadores agrupados em quatro dimensões:

- Desenvolvimento Econômico-Social,
- Materialidade,
- Transparência e
- Controle.

O objetivo da aplicação da nova metodologia foi selecionar as unidades com maior risco na aplicação dos recursos.

Considerando esta nova forma de seleção, no segundo semestre de 2015, foram fiscalizados 45 municípios. O montante total anual fiscalizado foi superior a R\$ 4 bilhões.

MUNICÍPIOS FISCALIZADOS EM 2015

40º SORTEIO	
1º - Iretama - PR	31º - Marechal Thaumaturgo - AC
2º - Bom Sucesso - PR	32º - Petrópolis - RJ
3º - Santa Mônica - PR	33º - Maribondo - AL
4º - Botuporã - BA	34º - Marapanim - PA
5º - Mirangaba - BA	35º - Nova Timboteua - PA
6º - Gentio do Ouro - BA	36º - São Domingos do Araguaia - PA
7º - Barra do Mendes - BA	37º - Juscimeira - MT
8º - Milagres - BA	38º - Nova Olímpia - MT
9º - Coronel Pilar - RS	39º - São Valério da Natividade - TO
10º - Encruzilhada do Sul - RS	40º - Ouro Branco - RN
11º - São Luiz Gonzaga - RS	41º - Marcelino Vieira - RN
12º - Porto Lucena - RS	42º - Apodi - RN
13º - Salto - SP	43º - Salitre - CE
14º - Pardinho - SP	44º - Senador Pompeu - CE
15º - Lavinia - SP	45º - Croatá - CE
16º - Borborema - SP	46º - Jijoca de Jericoacoara - CE
17º - Itaju - SP	47º - Parnamirim - PE
18º - Bom Sucesso de Itararé - SP	48º - Jucati - PE
19º - Caetanópolis - MG	49º - Camutanga - PE
20º - Córrego Danta - MG	50º - Bela Vista do Maranhão - MA
21º - São Roque de Minas - MG	51º - Coelho Neto - MA
22º - Itacarambi - MG	52º - Tavares - PB
23º - Guimarães - MG	53º - Baía da Traição - PB
24º - Coronel Murta - MG	54º - Júlio Borges - PI
25º - Rio do Prado - MG	55º - São Miguel do Fidalgo - PI
26º - Japarutuba - SE	56º - Aurilândia - GO
27º - Divina Pastora - SE	57º - Orizona - GO
28º - Cariacica - ES	58º - Campinaçu - GO
29º - Camapuã - MS	59º - Três Barras - SC
30º - Alta Floresta D'Oeste - RO	60º - Xavantina - SC

1º CICLO DA FISCALIZAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS	
Bujari - AC	João Pessoa - PB
Murici - AL	Itapissuma - PE
Rio Preto da Eva - AM	Olinda - PE
Santana - AP	Pau D'Arco do Piauí - PI
Candeias - BA	Almirante Tamandaré - PR
Dias D'Ávila - BA	Colombo - PR
Chorozinho - CE	Duque de Caxias - RJ
Barreira - CE	Maxaranguape - RN
Capistrano - CE	Ceará-Mirim - RN
Fundão - ES	Porto Velho - RO
Viana - ES	Cantá - RR
Caturai - GO	Barra do Ribeiro - RS
Goiânia - GO	Gravatá - RS
Campestre de Goiás - GO	Butiá - RS
Raposa - MA	Biguaçu - SC
Mateus Leme - MG	São Pedro de Alcântara - SC
Ribeirão das Neves - MG	Águas Mornas - SC
Rio Acima - MG	Nossa Senhora do Socorro - SE
Dois Irmãos do Buriti - MS	São Cristóvão - SE
Campo Grande - MS	Biritiba-Mirim - SP
Nossa Senhora do Livramento - MT	Embu das Artes - SP
Ananindeua - PA	Cajamar - SP
Lajeado - TO	

As fiscalizações realizadas no segundo semestre de 2015 identificaram, entre outras, as seguintes situações:

- Obras atrasadas, impossibilitando o uso de praça pela população;
- Centro de Arte e Esporte Unificado (CEU) com obras paralisadas;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) sendo ofertado em local inadequado;
- Centros de Iniciação ao Esporte com obras não iniciadas;
- Obras paralisadas relacionadas a investimentos em infraestrutura esportiva e em infraestrutura turística;
- Sucessivas prorrogações na vigência do contrato de repasse realizado com impacto na finalização e entrega do objeto;
- Câmeras de videomonitoramento adquiridas sem utilização;
- Atraso na construção de Central de Comercialização de Produtos Agrícolas;
- Projeto de adequação do entreposto de pescado paralisado com risco de perda do investimento;
- Irregularidades na condução dos procedimentos licitatórios celebrados, limitando o caráter competitivo e indicando direcionamento de empresa contratada;
- Obras de construção e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) inacabadas, em estado de abandono;
- Obras de UPA 24h atrasadas ou abandonadas;
- Obras relativas ao Programa Proinfância paralisadas, com danos no material entregue;
- Ineficiência na gestão de recursos do Proinfância para construção de creches;
- Armazenamento inadequado de gêneros alimentícios referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae;
- Falhas na aplicação de recursos de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, com possível superfaturamento; e
- Falhas na aplicação de recursos do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - Apoio a Implantação da Infra-Estrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira.

Auditorias Anuais de Contas

As Auditorias Anuais de Contas (AAC) visam verificar as informações prestadas pelos administradores públicos federais, bem como analisar os atos e fatos da gestão, com vistas a instruir o processo de prestação de contas que subsidiará o julgamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A prestação de contas por parte dos administradores públicos federais é dirigida não apenas ao TCU, mas, sobretudo ao cidadão. É um instrumento de prestação de contas à sociedade.

As Auditorias Anuais de Contas realizadas em 2015 referem-se à prestação de contas dos gestores federais relativas ao exercício de 2014 e foram regulamentadas pela Portaria CGU nº 552/2015, bem como pelos normativos publicados pelo Tribunal de Contas da União para o exercício.

Em 2015, foram realizadas Auditorias Anuais de Contas em 345 órgãos e entidades do Poder Executivo federal, tendo sido realizadas, ainda, mais de 270 ações de controle com foco na avaliação de macroprocessos relacionados ao cumprimento da missão institucional das unidades examinadas.

QUANTIDADE DE AAC REALIZADAS POR ANO E POR ESFERA DA ADMINISTRAÇÃO

ESFERA DA ADMINISTRAÇÃO	ANO											
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Administração Direta	890	943	995	987	838	286	254	322	212	217	173	200
Administração Indireta	338	289	321	335	342	233	264	320	361	315	259	145
TOTAL	1.228	1.232	1.316	1.322	1.180	519	518	642	573	532	432	345

O TCU vem nos últimos anos reduzindo o número de unidades que deve passar pelo processo de auditoria da SFC. A redução está relacionada com a forma de seleção pelo próprio TCU de acordo com critérios de risco, materialidade e relevância.

Auditoria dos Contratos de Financiamentos Externos e dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional

A Controladoria Geral da União realiza, também, auditorias em projetos de recursos externos, assim entendidos como aqueles que sejam total ou parcialmente financiados por empréstimos ou doações internacionais, ou, ainda, aqueles que envolvam acordos de cooperação técnica internacional.

Essa atuação pode se dar em função dos protocolos de entendimentos, termos de referência e cláusulas contratuais firmados com organismos internacionais, entre os quais se destacam o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Anualmente, a carteira de projetos a serem auditados é definida mediante negociação entre a CGU e os organismos internacionais. Como consequência, nos últimos cinco anos (2011 a 2015), foram realizadas 670 auditorias em projetos de recursos externos (financiamento e cooperação técnica), conforme demonstrado nos quadros a seguir.

AUDITORIAS EM PROJETOS DE RECURSOS EXTERNOS

PROJETOS / AUDITORIAS	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de Projetos Federais Auditados	70	55	62	73	59
Nº de Auditorias Realizadas (*)	142	135	169	130	84

Fonte: Sisrex

(*) Em função da execução descentralizada, alguns projetos podem corresponder a mais de uma auditoria, uma vez que são avaliadas a unidade central e algumas das unidades nos estados e municípios.

AUDITORIAS REALIZADAS POR ORGANISMO INTERNACIONAL – 2015

ORGANISMO INTERNACIONAL	Nº PROJETOS AUDITADOS	Nº AUDITORIAS REALIZADAS
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	10	18
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	12	27
KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau	4	4
OIMT - Organização Internacional das Madeiras Tropicais	1	1
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	27	29
UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime	5	5
TOTAL GERAL	59	84

Fonte: Sisrex

Os resultados dessas auditorias, além de fornecer aos bancos e organismos cooperantes garantia razoável de que as informações expostas nos demonstrativos financeiros representam a real execução dos projetos, contribuem para a melhoria da gestão, por meio de proposições para o aprimoramento dos controles internos, e auxiliam a SFC na avaliação das políticas e dos administradores públicos.

Ressalte-se que, apesar de ser um órgão do Poder Executivo Federal e, portanto, concentrar sua atuação nos entes da administração pública dessa esfera e poder de governo, a SFC tem realizado auditorias em projetos de recursos externos firmados e executados por entes dos Poderes Legislativo e Judiciário Federal, entes estaduais e municipais, e, até mesmo, organizações não governamentais.

PROJETOS NÃO INTEGRANTES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL E AUDITADOS PELA CGU EM 2015

ORGANISMO INTERNACIONAL	Nº PROJETO	ENTE AUDITADO
BID	1864/OC-BR	Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal – IBL
BIRD	TF10771	Conselho Nacional de Justiça – CNJ
PNUD	BRA/10/001	Frente Nacional de Prefeitos – FNP
PNUD	BRA/11/005	Instituto de Ação Social pela Música – IASPM
PNUD	BRA/12/008	Diretoria do Centro Antigo de Salvador - Conder/Dircas
PNUD	BRA/12/011	Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan
PNUD	BRA/12/015	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Governo de Minas Gerais - SEPLAG/MG
PNUD	BRA/12/G32	Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN
UNODC	BRA/Y01	Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo

Fonte: Sisrex

Além da execução direta das auditorias de recursos externos, a SFC exerce também papel de orientação técnica (fornecimento de procedimentos, orientações e papéis de trabalho) e supervisão (revisão de relatórios) das auditorias realizadas por órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (Secretaria de Controle Interno da Presidência da República – Ciset/PR e Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores – Ciset/MRE).

No ano de 2015, por exemplo, foram objeto dessa supervisão dez trabalhos de auditoria assim distribuídos:

ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO A ÓRGÃOS SETORIAIS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

ORGANISMO INTERNACIONAL	CISSET/MRE	CISSET/PR	TOTAL GERAL
BIRD	-	1	1
PNUD	3	5	8
UNODC	1		1
TOTAL GERAL	4	6	10

Fonte: Sisrex

Paralelamente a todo esse esforço de execução, orientação e supervisão das auditorias, a SFC realizou, em 2015, trabalho de mapeamento e avaliação do universo de requisitos das Normas Internacionais de Auditoria – NIA. Esse trabalho visou verificar a aplicabilidade dessas normas e o nível de alinhamento dos processos de trabalho das auditorias de recursos externos aos requisitos previstos nelas. O trabalho incluiu, ainda, ações com vistas a atingir ou manter o máximo grau de conformidade possível.

Auditorias por Área de Gestão

As auditorias por área de gestão são auditorias que visam avaliar determinadas áreas de atuação, normalmente relativas a atividades meio (tecnologia da informação, pessoal, logística). Mediante a consolidação de informações relativas às respectivas áreas, essas auditorias têm a finalidade de mapear os principais problemas e recomendar medidas estruturantes para a sua solução. Em 2015, foram publicados quatro relatórios de Auditoria por Área de Gestão, conforme detalhamento a seguir:

AUDITORIAS POR ÁREA DE GESTÃO REALIZADAS EM 2015

NÚMERO DO RELATÓRIO	ASSUNTO
2	Gastos da Folha de Pagamento de Pessoal
3	Gastos com Terceirização de Serviços de Vigilância, Limpeza e Conservação Predial
4	Software Público Brasileiro e Catálogo de Software do SISP
5	Contratação de Serviço de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Mensurados em Pontos de Função

Como exemplos de resultados dos trabalhos realizados, citam-se:

Gastos da Folha de Pagamento de Pessoal

No que se refere à auditoria na folha de pagamento, verificou-se que parte dos pagamentos não estavam de acordo com a legislação vigente.

Foram identificadas no período analisado, 2010 até 2014, mais de 330 mil inconsistências, que, após serem sanadas mediante a suspensão e correção dos pagamentos indevidos, resultaram numa economia em torno de R\$ 1,2 bilhão.

No que tange à correção das inconsistências, pode-se afirmar que a maioria dos órgãos tem atuado de modo a reduzir os problemas encontrados.

Software Público Brasileiro e Catálogo de Software do SISP

A auditoria referente ao programa Software Público Brasileiro e Catálogo de Software do SISP evidenciou que grande parte dos investimentos em desenvolvimento e aquisição de softwares poderia ser reduzida a partir do compartilhamento de soluções entre os órgãos ou por meio de desenvolvimento colaborativo.

Os levantamentos realizados mostram que a melhoria da efetividade do programa de software público proporcionará economia de centenas de milhões de reais a Administração Pública em investimentos, além de soluções com resultados mais rápidos e redução do custo processual com o processo de desenvolvimento e contratações.

Contratação de Serviço de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Mensurados em Pontos de Função

No que se refere à contratação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas mensurados em pontos de função destaca-se que, vários órgãos/entidades têm adotado a prática de contratação de serviços de contagem, por empresa diferente daquela que presta os serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, como forma de auxiliar a gestão contratual, mitigando a possibilidade de atestes de faturas contendo falhas de contagem.

Nos contratos que continham previsão de utilização da métrica homem-hora, verificou-se a inexistência de controles internos capazes de comprovar se o quantitativo de horas apresentado pelas empresas contratadas correspondia ao quantitativo efetivamente trabalhado.

Monitoramento de gastos com pessoal

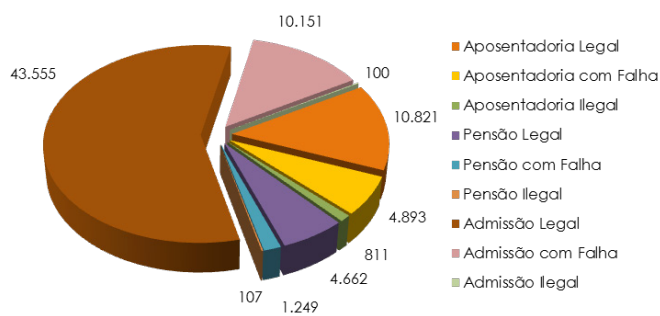
Outra atividade de competência da SFC é a análise da consistência da folha de pagamentos dos órgãos da Administração Pública Federal. Essa análise consiste na verificação da legalidade dos pagamentos dos servidores públicos federais das unidades jurisdicionadas constantes do banco de dados do sistema de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal (Siape), utilizando-se também outros sistemas corporativos do governo, como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Foram analisados os seguintes quantitativos de atos de pessoal, em 2015.

ANÁLISE DE ATOS DE PESSOAL - 2015

APOSENTADORIA		PENSÃO		ADMISSÃO	
Legal	10.821	Legal	4.662	Legal	43.555
Com falha	4.893	Com falha	1.249	Com falha	10.151
Illegal	811	Illegal	107	Illegal	100
TOTAL	16.525	TOTAL	6.018	TOTAL	53.806

OBS: os atos relativos a reformas são analisados pela Ciset/MD não compoem, portanto, esse quadro.

ANÁLISE DE ATOS DE PESSOAL - 2015



A Despesa com a Folha de Pagamento dos servidores civis do Poder Executivo Federal atingiu no exercício de 2015 o montante de aproximadamente R\$ 148 bilhões.

Com o objetivo de facilitar os trabalhos dos gestores e permitir o acompanhamento e o monitoramento mais eficiente das providências a cargo das Unidades Pagadoras (UPAG) dos órgãos, a Secretaria Federal de Controle Interno disponibilizou o Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal para registro do posicionamento dos órgãos e dos auditores a respeito das inconsistências apresentadas regularmente pela CGU.

Na primeira rodada do sistema, disponibilizada aos gestores em setembro de 2014, foram apresentadas mais de 76 mil inconsistências, já na segunda rodada, apresentada em julho de 2015, o montante foi reduzido para aproximadamente 16 mil, sendo que nas duas oportunidades, as UPAG informaram, via sistema, a adoção de providências em mais de 90% dos casos.

Apuração de representações e demandas sociais

A SFC trata como Demandas Externas as solicitações encaminhadas por diversos interessados, tais como: autoridades responsáveis por órgãos da Administração Pública, representantes de entidades ou cidadãos.

Estas solicitações versam, dentre outros assuntos, sobre apresentação de denúncias, requisições de ações de controle e pedidos de informação acerca da aplicação de recursos públicos federais.

Quanto à origem, as demandas externas podem ser classificadas em:

- Representações: demandas apresentadas pelo Poder Judiciário, pelos órgãos do Ministério Público, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Departamento de Polícia Federal, pela Advocacia-Geral da União, pelas pastas ministeriais e demais instituições.
- Demandas Sociais: demandas apresentadas pelos demais encaminhadores, tais como cidadãos, entidades da sociedade civil e cidadãos no exercício de mandato eletivo.

Nos casos em que demandas sociais ou representações solicitam realizações de auditorias/fiscalizações para apuração de irregularidades, a SFC realiza ações de controle para verificar a procedência ou não da solicitação à CGU.

Em 2015, foram concluídas 307 ações de controle, abrangendo 154 Municípios, decorrentes de solicitações oriundas de representações de órgãos governamentais e de denúncias de cidadãos.

NÚMERO DE MUNICÍPIOS QUE TIVERAM AÇÕES DE CONTROLE EXECUTADAS

UF	QUANTIDADE DE MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE AÇÕES DE CONTROLE
AC	3	12
AL	27	109
AM	11	44
AP	3	19
BA	72	239
CE	52	206
DF	1	124
ES	13	34
GO	57	186
MA	56	291
MG	77	224
MS	20	97
MT	70	243
PA	31	128
PB	27	84
PE	71	232
PI	49	128
PR	45	120
RJ	25	206
RN	16	52
RO	15	29
RR	9	64
RS	30	105
SC	29	55
SE	38	239
SP	66	205
TO	28	62
TOTAL	941	3.537

Fonte: SFC

QUANTITATIVO DE DEMANDAS EXTERNAS RECEBIDAS NA SFC POR ORIGEM E POR ANO

ORIGEM DA DEMANDA	2012	2013	2014	2015*	TOTAL
MPF	1213	1097	749	642	3701
DPF/MJ	717	604	371	262	1954
TCU	529	383	358	268	1538
Demanda Social	603	446	305	94	1448
Executivo	185	131	79	21	416
MPE	117	100	99	54	370
AGU	101	48	52	15	216
Legislativo	53	35	57	24	169
Judiciário	45	63	37	15	160
TCE	6	7	1	1	15

Fonte: CGU - SGI – módulo Controle Interno

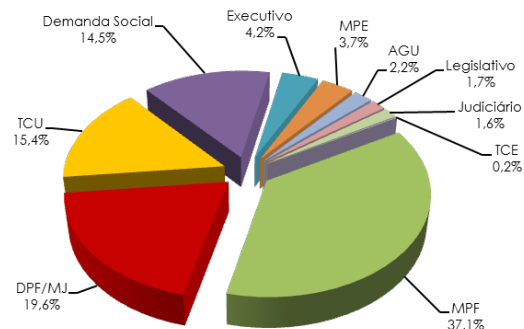
*A partir do segundo semestre de 2015, a CGU passou a utilizar o SEI, para recebimento e tratativas documentais.

A redução na quantidade de demandas externas decorre da intensificação das tratativas entre a CGU e os demais órgãos, de forma que as demandas passaram a ser mais qualificadas e em menor número.

Com relação às Demandas Sociais, a diminuição acentuada da quantidade registrada em 2015 deve-se a uma mudança no critério de classificação. Até 2014, o item “Demandas Sociais” englobava: sugestão, elogio, solicitação, reclamação e denúncia. A partir de 2015, o referido item passou a considerar apenas as denúncias.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição percentual de demandas externas recebidas no período de 2012 a 2015, por demandante:

DEMANDAS EXTERNAS NA SFC PERÍODO 2012 – 2015 (TOTAL)



Operações Especiais

Em auditorias e fiscalizações realizadas pela SFC, há situações em que a integridade das organizações públicas carece de atuação investigativa mais ostensiva para atacar a prática dos atos de corrupção.

Assim, no viés mais evidente do combate à corrupção, destacam-se as “operações especiais”, conduzidas notadamente em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público (MP), tanto no âmbito federal quanto no estadual, visando à investigação de atos praticados contra a administração pública que, além de comprometerem a integridade das organizações, causam prejuízos financeiros aos cofres públicos e inúmeros e imensuráveis prejuízos sociais.

As operações especiais têm o mérito de dissuadir o comportamento dos corruptores e corruptos por representar o poder de detecção de ilícitos do aparato de controle estatal.

O trabalho derivado de uma Operação Especial não se encerra em sua deflagração e detecção.

Identificadas as fraudes, a SFC atuará na busca dos esclarecimentos e providências junto aos gestores federais, sejam elas de melhorias nos controles internos do próprio gestor, sejam de apuração de responsabilidades a fim de ressarcir aos cofres públicos os recursos não aplicados nas finalidades inicialmente previstas. Inclusive, se for o caso, exigirá a instauração, pelo gestor, de processos de Tomada de Contas Especial - TCE.

Também atuará, por meio da Corregedoria Geral da União, na responsabilização administrativa dos agentes públicos e empresas privadas envolvidas.

Ressalta-se, porém, que as Operações também atuam no viés preventivo, antes que o desvio se concretize, a exemplo da Operação Caronte (MT), deflagrada em 2015, na qual as prefeituras envolvidas (Rondonópolis, Cuiabá e Sapezal) suspenderam as empresas fraudulentas dos processos licitatórios, evitando a continuidade das fraudes que envolviam recursos acima de R\$ 6,6 milhões.

Desde 2003, foram realizadas 199 Operações Especiais.

A maior parte das ações conjuntas buscou avaliar a gestão de recursos federais repassados a estados e municípios e teve como objetivo, dentre outros, o de desarticular organizações criminosas especializadas em desviar recursos públicos mediante corrupção passiva e ativa, advocacia administrativa e lavagem de dinheiro. A seguir apresentam-se as informações relativas ao exercício de 2015:

DADOS RELATIVOS ÀS OPERAÇÕES ESPECIAIS REALIZADAS EM 2015

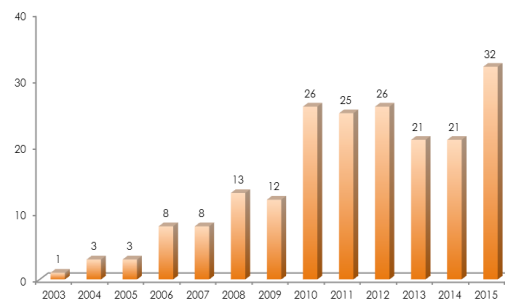
Ações Investigativas	32
Unidades da Federação fiscalizadas	16
Mandados de prisão temporária ou preventiva com participação da CGU	102
Montante de prejuízo identificado, superior a:	R\$ 454 milhões

Destaca-se, dentre as operações realizadas neste ano de 2015, a Operação Lama Asfáltica (MS), cujos trabalhos se iniciaram em 2013 e constataram a existência de irregularidades em obras contratadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, identificando prejuízos de aproximadamente R\$ 11 milhões, de um montante fiscalizado de R\$ 45 milhões.

Outro destaque foi a Operação Sermão aos Peixes (MA) que apurou o desvio de recursos públicos federais do Fundo Nacional de Saúde destinados ao Sistema de Saúde do Estado do Maranhão e identificou prejuízo potencial superior a R\$ 114 milhões.

As Operações Especiais têm ganhado cada vez mais espaço dentro do órgão, o que pode ser confirmado pelo gráfico a seguir.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DEFLAGRADAS AO LONGO DOS ANOS



Além das operações já deflagradas, existem atualmente 115 potenciais operações especiais em fase de análise conjunta com os demais parceiros, como a PF, o que evidencia que a SFC manterá, ou até mesmo aumentará o ritmo das atividades desta linha de atuação em 2016.

5.1.3. Controles Corretivos

No âmbito das auditorias e fiscalizações o aspecto corretivo está associado ao poder da Administração Pública para, por exemplo, ressarcir-se de eventuais prejuízos.

Tomada de Contas Especiais

A Tomada de Contas Especial (TCE) é um instrumento de que dispõe a Administração Pública para ressarcir-se de eventuais prejuízos que lhe forem causados, sendo o processo revestido de rito próprio e somente instaurado depois de esgotadas as medidas administrativas para reparação do dano.

Nos termos da Instrução Normativa TCU nº 71/2012, compete à Secretaria Federal de Controle Interno/CGU, na emissão do Relatório e Certificado de Auditoria sobre processos de Tomadas de Contas Especiais, manifestar-se sobre a adequada apuração dos fatos, indicando, inclusive, as normas ou regulamentos eventualmente infringidos, a correta identificação do responsável e a precisa quantificação do dano e das parcelas eventualmente recolhidas.

A SFC realizou auditorias, no exercício de 2015, em processos de Tomadas de Contas Especiais, efetuando-se 2.638 análises. Dessas análises, 2.437 contas foram consideradas irregulares e seus respectivos processos foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU) para julgamento, com retorno potencial aos cofres do Tesouro Nacional da ordem de R\$ 2,8 bilhões.

O quadro a seguir apresenta os resultados de 2015 das auditorias nos processos de TCE de cada pasta ministerial encaminhados ao TCU para julgamento.

Cabe esclarecer que os resultados apresentados isoladamente, sem levar em consideração outras peculiaridades e características de cada órgão, não demonstram que os que apresentam maior número de TCE ou maior valor envolvido são os mais problemáticos ou que tenham mecanismos de controle menos eficazes.

TCE ENCAMINHADAS AO TCU EM 2015

ÓRGÃOS	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	43	22.798.036,92
MC - Ministério das Comunicações	15	2.437.908,95
MCid - Ministério das Cidades	77	55.392.104,27
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	53	58.562.461,96
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário	91	161.496.976,13
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	10	9.818.475,34
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	168	90.877.831,91
ME - Ministério do Esporte	44	35.097.014,77
MEC - Ministério da Educação	434	381.495.110,16
MF - Ministério da Fazenda	11	7.360.385,14
MI - Ministério da Integração Nacional	116	386.186.935,84
MinC - Ministério da Cultura	91	86.126.531,91
MJ - Ministério da Justiça	33	39.004.918,18
MMA - Ministério do Meio Ambiente	45	35.799.190,52
MME - Ministério de Minas e Energia	3	1.472.754,46
MP - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		
MS - Ministério da Saúde	462	425.888.519,85
MT - Ministério dos Transportes	17	537.262.081,01
MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social	120	126.263.888,19
MTur - Ministério do Turismo	604	332.381.928,82
PR - Presidência da República		
TOTAL GERAL	2.437	2.795.723.054,33

Fonte: SFC/CGU

No quadro a seguir, está demonstrada a quantidade de processos de tomadas de contas especiais instaurados em decorrência das irregularidades apontadas nas fiscalizações realizadas em entes federativos. Dos 282 processos decorrentes das fiscalizações, recebidos no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015, todos foram analisados, sendo que 257 referem-se a processos que foram certificados e encaminhados ao TCU para julgamento das irregularidades e 25 referem-se a processos que foram devolvidos aos respectivos órgãos em diligência para informações/esclarecimentos complementares.

ANÁLISE DE TCE E RETORNO POTENCIAL

EXERCÍCIOS	ANÁLISES DE TCES EFETUADAS	DILIGENCIADAS AO ÓRGÃO DE ORIGEM	CERTIFICADAS AO TCU	RETORNO POTENCIAL R\$
2008	37	1	36	9.164.333,33
2009	21	3	18	11.529.086,28
2010	11	2	9	6.254.752,92
2011	66	7	59	27.402.085,25
2012	52	7	45	27.305.204,98
2013	56	3	53	22.983.527,62
2014	22	1	21	8.980.067,73
2015	17	1	16	13.008.459,26
TOTAL	282	25	257	126.627.517,37

Fonte: SFC/CGU

5.1.4. Benefícios Decorrentes das Ações do Controle Interno

A CGU, como órgão central do Sistema de Controle Interno, realiza seus trabalhos tendo como principal objetivo avaliar a execução dos programas de governo e da gestão dos administradores sempre com o propósito de apoiar a correção de falhas identificadas e aprimorar o funcionamento das políticas públicas federais.

Nesse sentido, a Controladoria estabeleceu indicadores e metas que permitem aferir o grau de atingimento dos objetivos estabelecidos para o

órgão. Dentre os indicadores, cabe destaque aos benefícios financeiros e não financeiros decorrentes de recomendações do controle interno.

A partir da publicação da Portaria nº 2379/2012, foi instituída sistemática de quantificação e registro de benefícios, a principal forma de demonstração dos resultados da atuação do Controle Interno.

Entende-se como benefício o impacto positivo observado na gestão pública resultante da implementação, por parte dos gestores públicos, de recomendações provenientes das atividades de controle interno, sendo,

portanto, resultantes do trabalho conjunto do controle interno e da gestão.

Para fins de contabilização, os benefícios são classificados em financeiros e não financeiros.

A primeira classe refere-se a benefício que possa ser representado monetariamente e demonstrado por documentos comprobatórios, preferencialmente fornecidos pelo gestor, inclusive decorrentes de recuperação de prejuízo.

O segundo tipo relaciona-se a benefício que, embora não seja passível de representação monetária, demonstre um impacto positivo na gestão, tal como melhoria gerencial, melhoria nos controles internos, aprimoramento de normativos, dentre outros, devendo sempre que possível ser quantificado em alguma unidade que não a monetária.

Em 2015, foi contabilizado o benefício financeiro de R\$2,38 bilhões.

O quadro a seguir apresenta os valores segregados por classe do benefício.

BENEFÍCIO FINANCEIROS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA SFC EM 2015

CLASSE DO BENEFÍCIO FINANCEIRO	VALOR (R\$)
Cancelamento de Licitação/Contrato com objeto desnecessário	14.398.508,14
Suspensão de pagamento continuado indevido	1.090.489.228,70
Recuperação de valores pagos indevidamente	46.233.895,30
Redução nos valores licitados/contratados	428.133.250,46
Elevação da Receita	207.453.898,68
Suspensão de pagamento não continuado indevido	470.512.911,63
Eliminação de desperdícios ou redução de custos administrativos	6.125.520,96
TOTAL DE BENEFÍCIOS FINANCEIROS	2.384.207.011,88

Destaca-se, também, os benefícios não financeiros, que impactam positivamente a gestão, mas que não são quantificados monetariamente.

A tabela abaixo exibe a quantidade de benefícios não financeiros contabilizados pelas respectivas classes.

BENEFÍCIOS NÃO-FINANCEIROS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA SFC EM 2015

CLASSE DO BENEFÍCIO NÃO-FINANCEIRO	QUANTIDADE
Aperfeiçoamento da gestão riscos e implementação de controles internos	117
Aperfeiçoamento dos programas/processos	39
Aperfeiçoamento da transparência	18
Aperfeiçoamento da prestação de serviços públicos	11
Outras decisões civis e medidas administrativas ou correicionais	6
Promoção de sustentabilidade ambiental	2
Demissão, cassação ou destituição	2
Aperfeiçoamento do controle social	1
TOTAL DE BENEFÍCIOS NÃO FINANCEIROS	196

Outra forma de observar os benefícios decorrentes das ações do Controle Interno é por meio das recomendações, instrumento utilizado no processo de auditoria e fiscalização.

As recomendações consistem na solicitação de providências que deverão ser adotadas pelo gestor para dirimir as falhas identificadas.

Tem a finalidade de corrigir os atos administrativos irregulares e coibir novas falhas, contribuindo, dessa forma, diretamente para o aperfeiçoamento da gestão pública.

Os alertas tem caráter preventivo, com objetivo de ajudar o gestor no aperfeiçoamento da gestão pública.

QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES EMITIDAS DE 2011 A 2015

ANO EMISSÃO RECOMENDAÇÃO	RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS	RECOMENDAÇÕES EM ACOMPANHAMENTO	TOTAL DE RECOMENDAÇÕES EMITIDAS (*)	ALERTAS
2011	8365	3192	11557	376
2012	6812	3918	10730	508
2013	6701	6730	13431	459
2014	3546	7821	11367	382
2015	742	9746	10488	184
TOTAL	26166	31407	57573	1909

(*) Total de recomendações inseridas no sistema monitor, excluindo as recomendações canceladas, alertas (não monitoradas) e consolidadas.

O quadro a seguir evidencia percentualmente o grau de atendimento das recomendações feitas às unidades jurisdicionadas à atuação da Controladoria- Geral da União.

SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DE 2011 A 2015 EM PERCENTIS

ANO EMISSÃO RECOMENDAÇÃO	RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS	RECOMENDAÇÕES EM ACOMPANHAMENTO
2011	72,38%	27,62%
2012	63,49%	36,51%
2013	49,89%	50,11%
2014	31,20%	68,80%
2015	7,07%	92,93%

Cabe destacar que o gestor pode levar mais de um ano para implementar as recomendações.

5.1.5. Parcerias

O aprimoramento da gestão pública depende da interação e interlocução com vários setores. Nesse sentido, a CGU vem desenvolvendo parcerias com diversos organismos no sentido de compartilhar experiências e agregar conhecimento aos seus processos de trabalho.

Em 2015, destacam-se as seguintes parcerias realizadas pela SFC:

Banco Mundial e CONACI

Em 2015, o Banco Mundial, juntamente com o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), desenvolveu o projeto intitulado "Fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Brasil". A CGU, como Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e membro do Conaci faz parte desse projeto, que tem como finalidade identificar mudanças necessárias no Sistema de Controle Interno Brasileiro, capazes de contribuir de forma efetiva para o seu aperfeiçoamento.

Entre os temas estudados por meio do projeto constam os seguintes:

- Estrutura mais adequada para o Sistema de Controle Interno do Brasil;
- Adequação da terminologia (Auditoria Interna/Inspeção/Controle Interno etc.) às Normas Internacionais;
- Definição de Responsabilidades (Controle Interno Vs Controle Externo);
- Forma de contratação de Auditores Internos;
- Carreira de Auditor Interno;
- Adaptação das Normas Internacionais de Auditoria Interna à realidade brasileira.
- Formas de Treinamento/Acreditação em AI.

O projeto começou a ser desenvolvido no exercício de 2015 e tem atividades programadas para todo o exercício de 2016.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Tendo em vista a busca constante e necessária pelo aperfeiçoamento da qualidade dos trabalhos que executa e do meio de comunicar seus resultados, a CGU desenvolveu projeto com o objetivo de reavaliar e reformular a estrutura atual dos relatórios que produz, avaliando-se a pertinência de criação de um modelo padrão para todas as ações de controle.

Nesse sentido, desenvolveu projeto, apoiado pelo BID, que previu a contratação de consultor externo, na modalidade de Consultoria:

- Contratual por Produtos e Serviços Externos, Montante Fixo, sem ônus para a CGU, a fim de auxiliar a revisão e reformulação do processo de relatoria, considerando a produção de insumos junto a atores internos (auditores) e externos (usuários dos relatórios);
- a busca pelas melhores práticas nacionais e internacionais de relatoria;
- a transferência de conhecimento, por meio de treinamento aos servidores da SFC sobre o tema relatoria.

REOGCI - Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno

A Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul - REOGCI, criada em 2004 pela Decisão Mercosul - CMC/DEC. N° 39/04, tem a finalidade de estabelecer relações de cooperação científica, técnica e operacional na área de Controle Interno da Gestão Governamental.

De acordo com o Tratado de Assunção, o tratado constitutivo do Mercosul, a Presidência do Conselho do Mercado Comum - CMC é exercida por rotação dos Estados Partes, pelo período de seis meses (Presidência *Pro Tempore*).

O evento reúne os organismos de Controle Interno dos países membros (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e associados (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru) do Mercosul, e se traduz na realização de duas reuniões simultâneas – uma, chamada “Reunião Especializada” e outra, denominada “Reunião do Comitê Técnico”; que buscam o intercâmbio de conhecimento sobre a temática Controle Interno governamental.

No caso do Brasil, a representação na REOGCI fica a cargo da Controladoria-Geral da União, cuja participação é coordenada pela Secretaria Federal de Controle Interno, considerando que o Secretário Federal de Controle Interno é o Coordenador Nacional da referida reunião.

No primeiro semestre de 2015, no âmbito da Presidência *Pro Tempore* do Brasil no Mercosul, a CGU sediou a VII Reunião Especializada dos Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul (REOGCI) e participou da VIII REOGCI, sediada pelo Paraguai.

Projeto Diálogos Setoriais

Os Diálogos Setoriais são uma nova dinâmica de cooperação entre a União Europeia (UE) e o Brasil. Atualmente, há cerca de 30 diálogos mapeados entre o Brasil e a UE sobre os mais diversos temas, que se dão com base em princípios de reciprocidade e complementariedade e visam o intercâmbio de conhecimentos e experiências em áreas de interesse mútuo.

Nesse contexto, foi criado o Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais UE-Brasil, que tem como objetivo contribuir para o progresso e o aprofundamento da parceria estratégica e das relações bilaterais entre o Brasil e a União Europeia por meio do apoio ao intercâmbio de conhecimentos técnicos. É coordenado em conjunto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) – por meio da Direção Nacional do Projeto – e pela Delegação da União Europeia no Brasil (Delbra).

No âmbito deste projeto, a Secretaria Federal de Controle Interno enviou dois servidores à Europa, em novembro, para aprimorar os conhecimentos sobre sistemas de controle interno.

Os representantes da SFC visitaram o Ministério das Finanças da Áustria, em Viena, e o Ministério das Finanças da Bélgica, em Bruxelas, onde também passaram pela sede da Comissão Europeia.

As visitas tiveram o objetivo de conhecer os sistemas de controle interno desses países, compartilhar experiências referentes ao assunto e reforçar os laços políticos.

Durante a missão, os servidores brasileiros também participaram da *Public Internal Control Conference*, em Paris, França, que tratou de temas como Princípios do Controle Interno Público, Ambiente de Controle Ideal e Função de Harmonização Central.

5.2. ENFRENTANDO A CORRUPÇÃO E FORTALECENDO O CONTROLE SOCIAL

A Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamentou o direito constitucional de acesso a informações públicas, estabelecendo procedimentos para que qualquer pessoa, física ou jurídica, exerça o direito de ter acesso às informações produzidas ou custodiadas por órgãos públicos.

A LAI também define prazos para o atendimento a essas solicitações e prevê punições para aqueles que cercearem esse direito, além de exigir dos órgãos e das entidades públicas a publicação de informações de interesse coletivo e geral de forma proativa em seus sítios eletrônicos.

No âmbito do Poder Executivo Federal, a operacionalização da LAI se dá por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), que centraliza os pedidos de acesso à informação dos mais de 300 órgãos e entidades federais, tornando o processo mais prático e intuitivo ao solicitante.

Desde a entrada em vigor da LAI, em maio de 2012, pelo menos um cidadão em mais de 80% dos municípios utilizou o e-SIC para solicitar informações ao Poder Executivo Federal. No quadro a seguir, apresenta-se a consolidação de todos os pedidos já realizados até dezembro de 2015.

BALANÇO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LAI NO PODER EXECUTIVO FEDERAL - MAIO/2012 A DEZEMBRO/2015

Pedidos registrados	334.463
Pedidos respondidos (99%)	331.348
Tempo médio de resposta	11 dias
Acesso concedido	71,94%
Acesso negado	9,56%
Outras hipóteses de negativa*	13,57%

Referência: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, dados extraídos em 08/01/2016.

* Observação: pedido duplicado, informação inexistente, assunto de competência de outro órgão ou entidade pública.

Ainda com vistas ao bom cumprimento da LAI, foi iniciada, em 2015, pesquisa para avaliar a qualidade das respostas no âmbito do Poder Executivo Federal. A pesquisa qualitativa, a ser concluída em 2016, avalia aspectos como o correto preenchimento dos dados no sistema e a coerência entre as solicitações do cidadão e as respectivas respostas.

Com o intuito de aprimorar também o monitoramento da transparência ativa, aquela na qual o órgão ou entidade pública divulga suas informações sem a necessidade de solicitação, foi lançado o módulo de Monitoramento de Transparência Ativa dentro do sistema e-SIC.

Além dos contínuos esforços para uma correta implementação e aplicação da LAI, há trabalhos orientados para universalizar o conhecimento sobre a Lei e o sistema e-SIC.

Nesse sentido, a CGU começou a trabalhar pelo lançamento de um aplicativo para o sistema e-SIC, permitindo que pedidos de acessos sejam feitos e consultados por aparelhos celulares.

Destaca-se, também, a RedeSIC - espaço destinado ao diálogo, à cooperação e ao intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os referidos Serviços, que conta com a participação de organizações da sociedade civil, jornalistas e outros atores – que propicia intercâmbio de conhecimentos entre os Serviços de Informação ao Cidadão (SICs) do Governo Federal. Em 2015, foram realizados dois eventos da RedeSIC, com cursos presenciais sobre a temática “Acesso à Informação”.

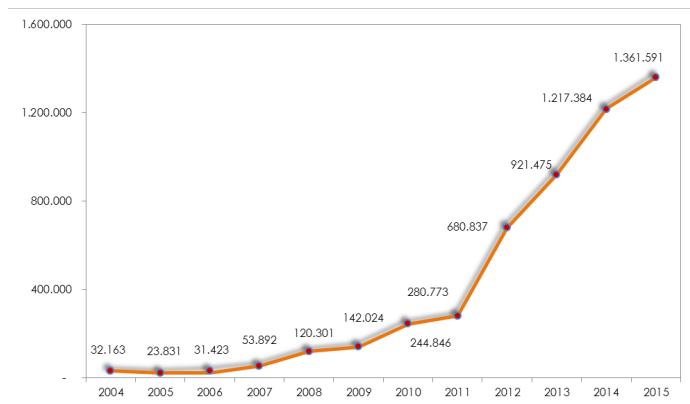
Com o objetivo de orientar as ouvidorias sobre o direito de acesso à informação, foi lançada a cartilha “Aplicação da Lei de Acesso à Informação em Recursos à CGU”, que apresenta as bases normativas, conceituais e operacionais que a Controladoria tem utilizado na aplicação da Lei.

O sucesso de implementação de um sistema nacional de acesso à informação no País (e-SIC) começa a ser reconhecido internacionalmente.

Em 2015, a Controladoria-Geral da União prestou apoio na implementação de lei similar no Paraguai, em projeto financiado pelo Banco Mundial.

Na seara da transparência, o Portal da Transparência do Governo Federal (www.transparencia.gov.br) é a principal ferramenta de divulgação proativa de informações sobre receitas, despesas, contratos e convênios, com atualização diária. A média mensal de visitas ao Portal, em 2015, ultrapassou o número de 1,3 milhão de acessos.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA – MÉDIA MENSAL DE VISITAS POR ANO DE 2004 A 2015



Fonte: Portal da Transparência, <http://www.transparencia.gov.br>

Houve, também, avanços nos trabalhos para o lançamento do novo Portal da Transparência do Governo Federal.

Cidadãos e organizações da sociedade civil participaram de testes de usabilidade para embasar o novo projeto. Esses e outros atores poderão participar também da avaliação de protótipos que estão sendo desenvolvidos.

O trabalho visa facilitar o acesso à informação, com a incorporação da plataforma das Páginas de Transparência, as quais apresentam informações sobre execução orçamentária, licitações, contratos, convênios, diárias e passagens de cada órgão federal, ao novo Portal, além de adequar o sistema aos princípios de dados abertos, tornando-o mais interativo e acessível, com o compartilhamento de informações em redes sociais e o acesso por meio de plataformas móveis como aparelhos celulares e tablets.

Com o objetivo de fortalecer a transparência pública no Brasil, foi criado, em 2013, o Programa Brasil Transparente, que consiste em oferecer apoio aos entes federados na implementação da LAI.

Em 2015, 84 novos parceiros, entre Estados e Municípios, aderiram ao Programa, aumentando para 1.541 o número de adesões até o final de 2015.

Os treinamentos presenciais alcançaram cerca de 70 Municípios e 1.500 agentes públicos estaduais e municipais. Iniciaram-se os preparativos para o desenvolvimento do Mapa Interativo Social do Brasil Transparente (MBT), espaço interativo de divulgação e monitoramento pela sociedade civil da transparência.

O MBT permitirá que o cidadão seja parte ativa no monitoramento e na avaliação da implementação da LAI em seu Estado e Município, constituindo importante ferramenta para o exercício do controle social.

Para apoiar os Estados e Municípios com a implementação de medidas de transparência pública, também foi lançado o e-SIC Livre, sistema eletrônico para o recebimento de pedidos de informação desenvolvido em *software* livre. Essa tecnologia foi desenvolvida pela Prefeitura de Natal, a partir do código fonte do e-SIC Federal.

A fim de propiciar uma visão geral da implementação da LAI nos Municípios, foi desenvolvida, em 2015, a Escala Brasil Transparente (EBT), que consiste na verificação do nível de adequação dos Municípios à LAI. Foram lançadas duas versões da EBT.

A primeira analisou a implementação da LAI em 492 municípios, e a segunda contemplou 1.587 municípios.

Cerca de 2800 agentes públicos de entes federados participaram do curso Regulamentação da LAI nos Municípios, que tem o objetivo de oferecer orientações necessárias para a regulamentação da Lei em âmbito local.

Com o objetivo de prevenir a corrupção e promover melhorias na gestão dos recursos públicos, continuaram em 2015 a oferta de cursos no âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, com os temas Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos, além de um novo curso sobre Controle Social.

Em 2015, fortaleceram-se as parcerias para viabilizar a execução dos principais projetos voltados à promoção da cidadania entre o público infante-juvenil, a exemplo do Concurso de Desenho e Redação, que em 2015 realizou sua 7ª edição com o tema Pequenas Corrupções: Diga Não! e recebeu 12.000 trabalhos, e do programa Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania, em parceria com o Instituto Cultural Maurício de Sousa.

Na esfera internacional, o Brasil avançou na implementação do segundo Plano Nacional de Governo Aberto, cujas informações para o acompanhamento dos compromissos podem ser consultadas no site: www.governoaberto.cgu.gov.br.

O relatório independente feito pela parceria internacional (IRM/OGP) reconheceu os esforços brasileiros e fez recomendações para que o País continue avançando no tema.

Um grupo de trabalho formado por organizações da sociedade civil irá apoiar na metodologia de construção do 3º Plano Nacional de Governo Aberto, que busca o diálogo entre os órgãos públicos e a sociedade para criação conjunta de projetos sobre o tema.

O Governo Federal aderiu à Iniciativa Global para Transparência Fiscal (GIFT), rede de ação que conta com a participação de diversos países em esforços para o aprimoramento da transparência fiscal.

O objetivo é promover a aderência às normas internacionais de transparência fiscal, promovendo ajustes nas estruturas e legislações, considerando a necessidade de estimular a transparência.

Com o objetivo de aprimorar os mecanismos de implementação da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, conhecida como Lei de Conflito de Interesses, contribuindo para um aumento da integridade no setor público, foi lançado em 2014 o Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses (SeCI), responsável por centralizar a gestão das consultas e dos pedidos de autorização para exercício de atividade privada feitos por servidor ou empregado público federal.

Até o final de 2015, mais de 93% dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal foram cadastrados no sistema, tornando-se aptos a responder às solicitações enviadas por seus servidores e empregados. Ainda em 2015, o SeCI recebeu mais de 1100 consultas, relacionadas com esses órgãos e entidades.

A fim de verificar a atuação dos órgãos e entidades na prevenção do conflito de interesses, foi estabelecida rotina de monitoramento das respostas às

consultas do SeCI, na qual são verificados diversos aspectos quantitativos e qualitativos dessas respostas. Assim, foi possível verificar que a falta de capacitação dos órgãos e entidades para responder as consultas é um obstáculo à correta implementação da Lei.

A fim de sanar esse problema, está em desenvolvimento, em conjunto com as escolas de governo, um curso específico para os responsáveis pela análise dos casos enviados pelo SeCI.

No âmbito da promoção da integridade no setor privado, para aprofundar os avanços trazidos pela Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica ou Lei Anticorrupção, está sendo divulgada e ressaltada para as empresas a necessidade de que elas adotem programas de integridade empresarial capazes de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de atos lesivos à Administração Pública.

Os mecanismos e padrões de integridade (*compliance*) foram, inclusive, objeto do guia “Programa de Integridade: diretrizes para empresas privadas”, publicado em setembro de 2015.

O guia é voltado a auxiliar empresas na estruturação e adaptação de seus programas de integridade, de acordo com a Lei e seu regulamento. Foram disponibilizadas ao público as versões do guia em inglês e espanhol, para auxiliar empresas estrangeiras em suas atuações no Brasil.

Como instrumento de promoção da integridade no setor privado, ressalta-se a iniciativa da CGU, em conjunto com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, chamada de Empresa Pró-Ética, que promove o reconhecimento público de empresas comprometidas com a prevenção e o combate à corrupção.

Após sua reformulação, com o objetivo de adequá-la às inovações introduzidas pela Lei e às práticas que contribuem para um ambiente empresarial íntegro, a edição de 2015 da Empresa Pró-Ética foi concluída com 19 empresas aprovadas para integrar a sua lista.

Ainda com foco no aumento da integridade no setor privado, está em desenvolvimento programa em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que engloba ações de divulgação da Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica, de fomento e de apoio às micro e pequenas empresas, para adoção de mecanismos de integridade, além do desenvolvimento conjunto de materiais de orientação, cursos presenciais e a distância e de eventos de mobilização voltados aos micro e pequenos empreendedores.

Em novembro de 2015 foi divulgada a cartilha “Integridade para Pequenos Negócios”, um dos produtos dessa parceria, com o objetivo de orientar o pequeno empreendedor quanto à importância da integridade nas relações comerciais, com sugestões de medidas que podem ser adotadas para estruturar um programa.

No plano internacional, em 2015, foi concluída a avaliação do Brasil para o primeiro ciclo de revisão quanto à implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Uncac).

O País foi avaliado por México e Haiti, e foram analisadas as medidas brasileiras quanto à aplicação dos capítulos III (criminalização) e IV (cooperação internacional). Além disso, o Brasil se fez representar na 6ª sessão da Conferência dos Estados Partes da Uncac, que ocorreu em novembro de 2015 em São Petersburgo, Rússia.

A Conferência dos Estados Partes ocorre a cada dois anos e é o evento mais relevante no âmbito da Convenção. O País se engajou ativamente nas negociações realizadas durante a Conferência, em especial no tocante à aprovação de proposta de resolução apresentada pelo Brasil sobre o uso de instâncias não criminais – procedimentos civis e administrativos – no combate à corrupção.

A medida consagra trabalho de mobilização que vem sendo desenvolvido pelo governo brasileiro nas Nações Unidas e em outros fóruns internacionais nos últimos anos, com o objetivo de criar um ambiente favorável para a troca de informações, no âmbito de processos civis e administrativos, entre as autoridades empenhadas no combate à corrupção, favorecendo a aplicação da referida Lei nº 12.846, de 2013, e da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa.

Por fim, no que tange à participação na Uncac, o Brasil também atuou no Grupo de Trabalho sobre Prevenção da Corrupção e no Grupo sobre a Revisão da Implementação dessa Convenção.

No ano de 2015, o Brasil apresentou dois relatórios à Organização para

a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), relativos ao seguimento de recomendações emitidas no âmbito da 3ª fase da avaliação da OCDE, acerca do cumprimento da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais. Além disso, a CGU também responde pela participação brasileira no Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE (*Working Group on Bribery*), que se reúne quatro vezes ao ano, em Paris, sede da OCDE.

Ainda no tocante ao combate ao suborno transnacional, além da participação ativa nas discussões levadas no âmbito da OCDE, o Brasil vem trabalhando na formulação de uma matriz de risco de suborno transnacional, a qual pretende apontar países e setores econômicos mais vulneráveis à prática.

Ao longo de 2015, o Brasil participou da 26ª reunião ordinária da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mesicic), realizada na sede da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, Estados Unidos. Na ocasião, foram debatidos documentos preparatórios para a 5ª Rodada de Análise da Implementação da Convenção, sendo definidos tema, calendário, subgrupos de avaliação e questionário padrão.

O Brasil integrará os subgrupos de México e Argentina. Além disso, foi anunciado o interesse brasileiro, no exercício da Presidência, em convocar a 4ª Reunião da Conferência dos Estados Partes do Mecanismo, organizada pelo Brasil em parceria com os Estados Unidos.

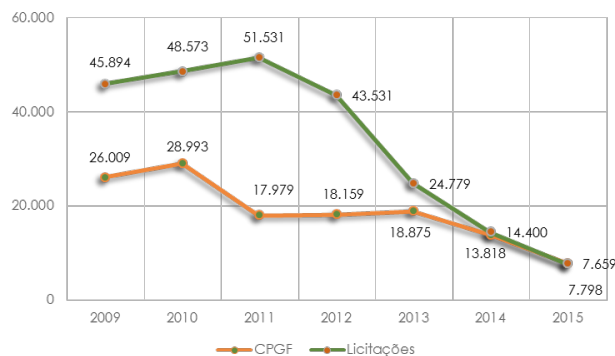
A Conferência, instância política máxima do Mecanismo, e responsável por definir as diretrizes e parâmetros para o funcionamento da Comissão de Peritos, aconteceu no mês de dezembro de 2015, em Washington.

O Brasil participou em 2015 da reunião de altos funcionários do BRICS, grupo de países constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, a fim de concentrar esforços nas ações de prevenção e combate à corrupção no âmbito do Grupo de Trabalho a ser criado, segundo decisão tomada durante a VII Cúpula do BRICS, em Ufá, Rússia. Houve, ainda, participação brasileira, por meio da CGU, nas três reuniões do Grupo de Trabalho Anticorrupção do Grupo dos 20 (G20), que reúne representantes das 19 maiores economias mais desenvolvidas do mundo, além da União Europeia.

Monitoramento dos gastos públicos

Em 2015, o Observatório da Despesa Pública (ODP), unidade especializada no monitoramento dos gastos públicos, deu continuidade aos projetos de monitoramento das licitações públicas e dos gastos com cartões de pagamento do Governo Federal, diárias e passagens, e terceirização. Apenas para os dois primeiros temas, para efeito de exemplo, durante o ano, foram gerados mais de 15,4 mil alertas de transações atípicas em 18 trilhas de auditoria, conforme demonstra o gráfico abaixo:

QUANTIDADE DE ALERTAS DE CPGF E LICITAÇÕES POR ANO



Fonte: Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas
Atualização de 2015: CPGF – dez/2015, Compras – set/2015

O ODP, em 2015, além dos monitoramentos sistemáticos, continuou a aperfeiçoar o “Portal ODP”. O objetivo é fornecer informações sobre o monitoramento dos gastos públicos aos auditores da CGU e, também, distribuir as análises de gastos para os gestores públicos, como forma de apoiar as suas tomadas de decisão e de contribuir para a melhoria da gestão governamental, expandindo o acesso em nível de órgão para que as informações possam ser disseminadas mais facilmente.

O modelo do Observatório da Despesa Pública está sendo expandido para

os demais entes da federação. O objetivo é implementar a rede ODP em âmbito estadual em todo o território nacional.

O denominado ODP Estadual propiciará a integração e ações coordenadas e estruturadas entre a União e os demais entes federativos, de forma a auxiliar no processo de avaliação da gestão e posterior tomada de decisão, assim como na melhoria dos controles e monitoramento do gasto público.

Foi implementado, inicialmente em caráter de piloto, em dois Estados (Bahia e Santa Catarina), com resultados positivos. Posteriormente, na segunda quinzena de outubro de 2015, com o objetivo de apresentar os requisitos para implantação do ODP Estadual aos controladores internos dos estados, foram realizados seminários em pólos regionais (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), nas cidades de Belém, Brasília, Florianópolis, São Paulo e Salvador.

Após a conclusão desses seminários, outros 13 (treze) estados já aderiram ou manifestaram interesse em assinar o Acordo de Cooperação Técnica com a CGU: Alagoas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná, Piauí, Minas Gerais, Sergipe, Rondônia e Tocantins.

Outra iniciativa foi a implantação do Banco de Preços de Referência no Portal da Transparência, que utiliza uma metodologia para cálculo dos preços médios pagos pela Administração Pública Federal em produtos de uso comum com o intuito de se identificar boas práticas de compra entre os Órgãos da Administração Pública Federal e, também, de compras de produtos por valores atípicos. Com essa ferramenta, a CGU finaliza o cumprimento de meta estabelecida na Parceria para Governo Aberto (OGP).

5.3. OUVINDO O CIDADÃO

A Controladoria-Geral da União, por meio da Ouvidoria-Geral da União, concentrou esforços para promover a melhoria da prestação de serviços públicos, criando estímulos para o aprimoramento dos processos de trabalho, da gestão de dados, da tecnologia da informação e do fomento à constituição de redes integradas de Ouvidorias Públicas.

Estas ações levaram a uma maior racionalidade da atuação das atuais 282 ouvidorias federais, e forneceram subsídios para a criação de novas unidades de ouvidorias em todos os poderes e entes da federação.

Integração Tecnológica

Em 2015, deu-se continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo federal – e-Ouv, a fim de que este se tornasse mais acessível ao cidadão e para que se tornasse uma ferramenta mais eficiente para o uso dos gestores.

Concomitantemente, foi desenvolvido o projeto Sala de Monitoramento das Ouvidorias – Sala (Portaria nº 50.252, de 15 de dezembro de 2015), que produziu, no exercício, a primeira parte de um amplo conjunto de painéis de gestão sobre as manifestações de ouvidoria relativas às políticas públicas e serviços prestados.

Com base na Sala, não apenas os gestores terão um diagnóstico atualizado da percepção dos cidadãos acerca da Administração como, também, as Ouvidorias serão capazes de fornecer importantes subsídios para a atividade de controle.

A obtenção de informações junto às Ouvidorias Federais tornou-se, portanto, condição necessária para esse monitoramento, o que levou ao aprimoramento de sistemas informatizados que permitissem a criação de uma base de dados unificada com as informações acerca dos processos a elas encaminhados.

Ao longo do ano, o e-Ouv recebeu 21.025 manifestações de ouvidoria, sendo que, destas, 19.666 manifestações receberam tratamento completo por meio do sistema.

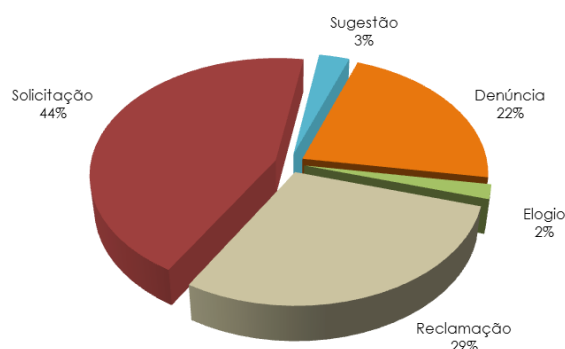
As manifestações recebidas pelo sistema endereçadas a órgãos que não o utilizam foram a eles encaminhadas e tratadas por meio de seus canais específicos.

O tempo médio de atendimento das manifestações manteve-se em 12,88 dias, tempo inferior aos 20 dias previstos nos normativos.

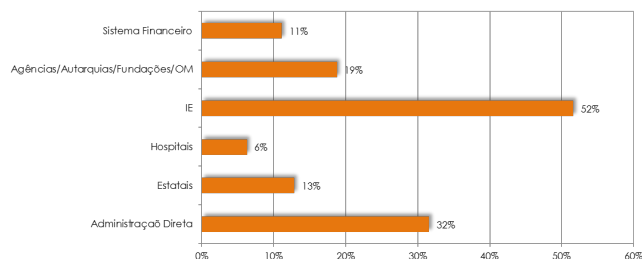
Logrou-se, também, aumentar expressivamente a quantidade de adesões ao sistema ao longo do período. Em 2015, 60 ouvidorias aderiram ao e-Ouv, que alcançou um total de 76 instituições.

Hoje, o sistema atende a 52% das ouvidorias de Instituições de Ensino Superior, e a 32% das ouvidorias da Administração Direta.

MANIFESTAÇÕES TRATADAS NO E-OUV EM 2015



% DE ADESÕES AO E-OUV POR SEGMENTO EM 2015



Ainda no plano tecnológico, deu-se continuidade ao desenvolvimento do site web Ouvidorias.gov.

O portal reúne uma série de conteúdos de interesse das ouvidorias e dos cidadãos: notícias, orientações, lista de ouvidorias, informações estatísticas, indicadores, relatórios, calendário de eventos, legislação e interface para acesso ao sistema e-Ouv. Entre fevereiro e dezembro de 2015, o portal recebeu quase 100 mil acessos.

Capacitação

Iniciada em 2012, a Política de Formação Continuada em Ouvidorias – Profoco foi novamente ampliada no ano de 2015, incrementando-se a oferta de cursos gratuitos na modalidade presencial, em parceria com a Escola Superior de Educação Fazendária – Esaf.

Se, em 2014, haviam sido ofertadas 8 turmas de um único curso, em 2015 foram inaugurados mais dois cursos presenciais, que, junto com o pré-existente, alcançaram 923 alunos em 20 turmas de modalidade 20h e duas turmas de carga horária reduzida, em dezesseis capitais de todas as regiões do país: Brasília, João Pessoa, Curitiba, Manaus, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Belém, São Luís, Cuiabá, Campo Grande, Porto Alegre, Vitória, Florianópolis, Fortaleza e São Paulo.

CURSO	TURMAS	ALUNOS
Gestão e Prática em Ouvidoria (20h)	10	368
Lei de Acesso à Informação (20h)	5	150
Prática de Atendimento em Ouvidoria (20h)	5	171
Gestão e Prática em Ouvidoria (8h)	1	51
Lei de Acesso à Informação (8h)	1	183
TOTAL	22	923

Adicionalmente, ao longo do período manteve-se a oferta de cursos na modalidade à distância, por meio de parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal.

Fortalecimento da Rede de Ouvidorias

Com o objetivo de estimular e difundir o debate voltado à formulação de políticas para as ouvidorias públicas, foram realizadas oito reuniões técnicas de Ouvidorias, organizadas por segmentos, as quais reuniram 109 representantes das ouvidorias públicas federais.

Com vistas a intensificar a troca de experiências, foram ainda conduzidas 27 visitas técnicas em 18 estados, bem como cinco seminários regionais, no Maranhão, na Paraíba, no Mato Grosso do Sul, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Em 15 de dezembro de 2015, promoveu-se o Encontro com Ouvidores dos Estados e do Distrito Federal, que reuniu 10 representantes de Ouvidorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal, e no qual lançou-se o Programa de Fortalecimento das Ouvidorias (Portaria nº 50.253, de 15 de dezembro de 2015)

Programa de Fortalecimento das Ouvidorias

A fim de facilitar o acesso do cidadão ao Estado, fez-se necessário o aprofundamento da integração entre ouvidorias não mais apenas no âmbito federal, mas entre este e os demais entes da federação, e entre todos os poderes. Diante de tal necessidade, a CGU lançou o Programa de Fortalecimento das Ouvidorias, a fim de promover a convergência de esforços entre as instituições aderentes.

O programa oferece cursos e treinamentos sobre atividades de ouvidoria, elaboração e distribuição de material técnico e orientativo sobre o tema, além de cessão gratuita do código-fonte do e-Ouv. Além disso, serve de lastro para a constituição de uma Rede de Ouvidorias.

Tratamento de Manifestações de Cidadãos pela CGU

Sob o aspecto do atendimento às demandas da sociedade, a Ouvidoria-Geral da União recebeu 6470 manifestações de ouvidoria provenientes de pessoas físicas e jurídicas, correspondendo 57,5% a denúncias, 25,9% a reclamações, 11,8% a solicitações, 1,8% a sugestões e 0,5% a elogios.

O tempo de atendimento ao cidadão, a partir da adesão ao e-Ouv no mês de março, alcançou média de 11,37 dias, reduzindo-se em 80% se considerada a média de tempo de atendimento anterior à adesão (63 dias). No mesmo período, a área produziu informações para mais de 3 mil consultas de nomes para ocupação de cargos em comissão e prestou informações, por meio do canal fale conosco, a mais de 1,8 mil demandas. Adicionalmente, o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da CGU atendeu a 1.342 pedidos de acesso à informação, em um tempo médio de 13,8 dias.

Atuação como Órgão Garantidor da Transparência Passiva

A Controladoria-Geral da União detém a competência para deliberar acerca dos recursos interpostos contra a negativa de acesso a informação pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, nos termos do artigo 16 da Lei de Acesso a Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

A Controladoria também tem prestado colaboração com entidades internacionais, participando mais ativamente na Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA), da qual compõe o Conselho Diretivo.

No âmbito desta RTA, a Ouvidoria-Geral da União deu prosseguimento às iniciativas relacionadas aos grupos de trabalhos criados, com ênfase no grupo de intercâmbio de jurisprudência, indicadores de transparência e acesso à informação, gestão de arquivos e solução pacífica de conflitos.

Com o apoio da RTA e do Programa da União Europeia para coesão social na América Latina – EuroSocial II, a CGU aprofundou estudos em solução consensual de conflitos com foco em acesso à informação. Destes estudos resultaram novas práticas de instrução de recursos bem como material didático, aproveitado no âmbito do curso Prática de Atendimento em Ouvidoria.

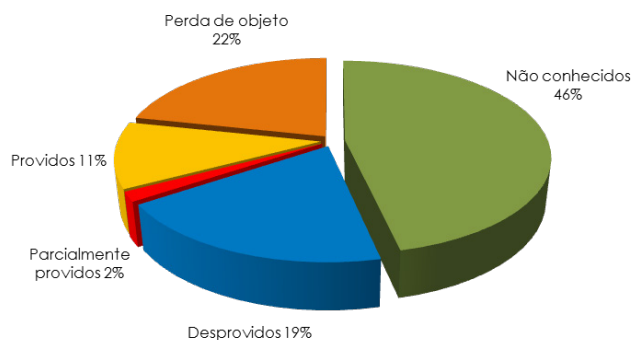
Ao longo do exercício, a CGU recebeu 1.265 recursos interpostos com fundamento no art. 16 da Lei 12.527/2011 contra decisões das autoridades máximas de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Este número equivale a uma média histórica de 1,2% de todos os pedidos de acesso a informação feitos ao Poder Executivo Federal. No mesmo período, foram julgados 1.353 recursos, o que resultou em diminuição da quantidade de processos em estoque, que reduziu-se em 33%, entre dezembro do exercício anterior e dezembro de 2015.

Outro indicativo de ganho em eficiência no processo refletiu-se no tempo médio de instrução e julgamento dos recursos, que caiu de 122,16 dias em janeiro de 2015 para alcançar 24,81 dias em agosto do mesmo ano – configurando expressiva queda de 80%.

As decisões da CGU resultaram em revisão da decisão recorrida em 13% dos casos (2% parcialmente providos e 11% totalmente providos) e em manutenção da decisão em 19%. Em 22% dos casos, os órgãos e entidades recorridos revisaram as suas próprias decisões durante a instrução recursal, após gestão da CGU, levando ao que se denomina perda de objeto do recurso.

Finalmente, em 46% dos casos a CGU não conheceu do recurso, em razão deste não possuir requisitos mínimos de admissibilidade ou não tratar-se de pedido de acesso à informação. Em todos os casos em que o recurso veiculou manifestação de ouvidoria, a CGU, ao não conhecer do recurso, registrou a manifestação em sistema próprio, a fim de dar o adequado tratamento administrativo à questão.

DECISÕES DA CGU EM RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO – 2015



Como forma de disseminar os entendimentos da CGU acerca da Lei de Acesso à Informação e sobre tipologias legais de sigilos, implementou-se sistema de consulta de pareceres da Controladoria no site do Portal de Acesso à Informação (<http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/recursos/recursos-a-cgu>).

Também, foi disponibilizada no site <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/aplicacao-da-lai-em-recursos-a-cgu.pdf> a publicação “Aplicação da Lei de Acesso a Informações em Recursos à CGU”, visando contribuir como instrumento de capacitação e de disseminação de conhecimento.

5.4. PUNINDO IRREGULARIDADES

Cumprindo sua missão de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo federal, compete à CGU, dentre outras atribuições, apurar diretamente ilícitos disciplinares, nos termos do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e coibir atos ímprobos nas relações entre pessoas jurídicas e a Administração Pública Federal.

Dessa forma, no ano de 2015, a CGU instaurou 38 procedimentos administrativos disciplinares, e aplicou diretamente 18 penalidades a servidores e empregados públicos, sendo 14 delas expulsivas.

No cumprimento de sua atribuição de orientação e supervisão, no mesmo ano, a CGU realizou 32 inspeções correccionais e 13 visitas técnicas, manteve o acompanhamento, por amostragem, de cerca de 10% dos processos disciplinares do Poder Executivo Federal e capacitou para atuar na área disciplinar mais de 1.000 servidores.

Essas atividades contribuíram para que, no ano de 2015, as responsabilizações administrativas de agentes públicos estatutários, por práticas irregulares no Poder Executivo Federal, tenham culminado na aplicação de 541 apenações expulsivas, traduzidas em 447 demissões, 53 cassações de aposentadoria e 41 destituições de cargos em comissão. Ademais, dessas penalidades, 61,4% decorreram de atos relacionados à corrupção.

PENALIDADES EXPULSIVAS NO PERÍODO DE 2003 A 2015

ANO	DECORRENTE DE ATO RELACIONADO À CORRUPÇÃO (A)	TOTAL DE EXPULSÕES (B)	ÍNDICE (C = A/B)
2003	178	268	66,4%
2004	201	320	62,8%
2005	204	287	71,1%
2006	255	373	68,4%
2007	297	438	67,8%
2008	243	372	65,3%
2009	291	434	67,1%
2010	357	513	68,9%
2011	361	533	67,0%
2012	315	505	62,4%
2013	380	531	71,6%
2014	363	547	66,4%
2015	332	541	61,4%

Fonte: CGU/CRG - Relatório de Punições Expulsivas da Controladoria-Geral da União

São consideradas penalidades fundamentadas em atos relacionados à corrupção aquelas efetivadas com base nos incisos LXI e IX, do artigo 43, da Lei nº 4.878/1965, e nos incisos IX, XII, XIII e XVI do artigo 117 e incisos IV, X e XI, do artigo 132, da Lei nº 8.112/90.

A CGU mantém, também, o Cadastro de Expulsões da Administração Federal (Ceaf), que garante publicidade às penalidades disciplinares que impedem o retorno de apenados à Administração Pública Federal, ou que os torna inelegíveis, consolidando informações úteis aos gestores e proporcionando maior transparência à atividade correccional.

Ao final de 2015 totalizava mais de 4 mil registros.

Instituiu-se o Cadastro de Presidentes, Membros, Assistentes Técnicos e Peritos para Processos Administrativos Disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, que tem como objetivo auxiliar os órgãos e entidades a identificar servidores aptos a atuar na condução de procedimentos disciplinares e, desse modo, superar eventuais dificuldades enfrentadas na formação de comissões.

Destaca-se ainda a instituição do Programa de Fortalecimento da Atividade Correccional na Administração Pública, que visa promover o intercâmbio de informações e experiências na atividade correccional, assim como aperfeiçoar a gestão e a condução de processos de todos os poderes e esferas de governo.

O Programa também possibilita a disponibilização de cópia do código-fonte do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD).

Os Governos dos Estados do Espírito Santo, da Bahia, de Pernambuco e do Município de São Paulo realizaram sua adesão.

No âmbito da apuração de responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas, no ano de 2015, a CGU conduziu 33 processos administrativos de responsabilização e iniciou os procedimentos destinados a supervisionar a atividade no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Manteve-se o CEIS, cadastro público de sanções, das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, obrigatório, para todos os órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de todas as esferas de governo.

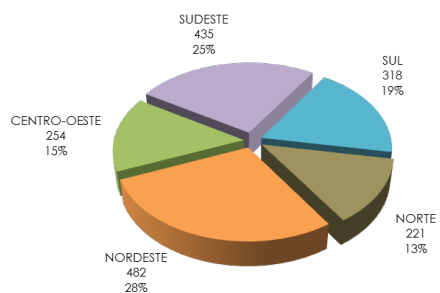
Atualmente o sistema conta com mais de 12.000 penalidades vigentes e 40 órgãos e entidades subnacionais participantes.

5.5. SÍNTESE DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DA CGU EM 2015

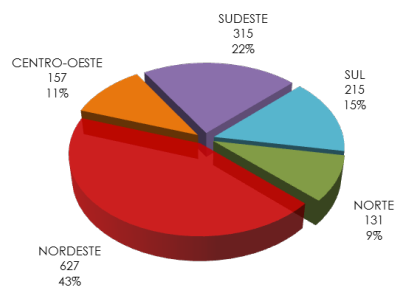
As atividades desenvolvidas pela CGU alcançam todo o território nacional, por meio da sede (DF) e das unidades regionais e envolvem as áreas de auditoria e fiscalização da aplicação de recursos federais, ouvidoria, correição e de prevenção e combate à corrupção. De forma sintética, apresentamos nos gráficos a seguir a distribuição regional das ações executadas pela CGU no exercício de 2015.

5.5.1. Atividades de Auditoria e Fiscalização

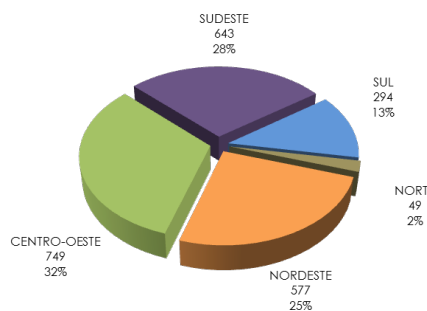
AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO



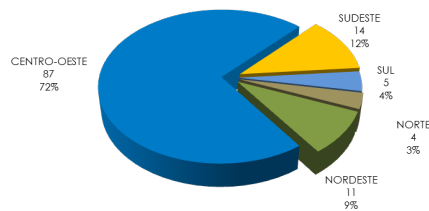
FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS



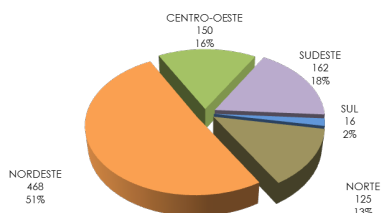
AUDITORIA ANUAL DE CONTAS



AUDITORIA DE RECURSOS EXTERNOS

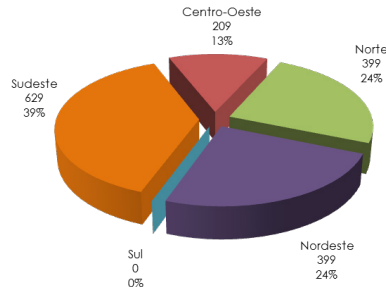


AÇÕES INVESTIGATIVAS

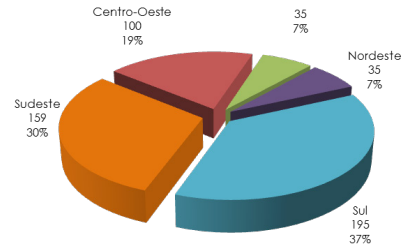


5.5.2. Atividades de Prevenção e Combate à Corrupção

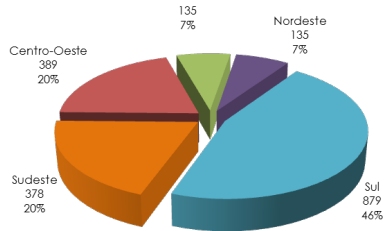
**PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE
(SERVIDORES CAPACITADOS)**



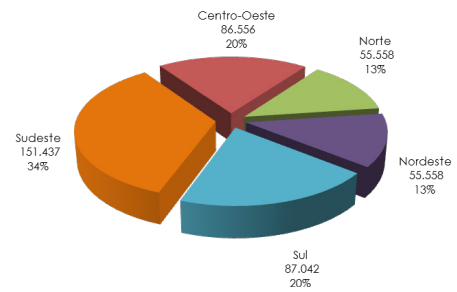
**PROGRAMA OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO
(CIDADÃOS CAPACITADOS)**



**ENCONTRO DE CONSELHEIROS
(NÚMERO DE PARTICIPANTES)**

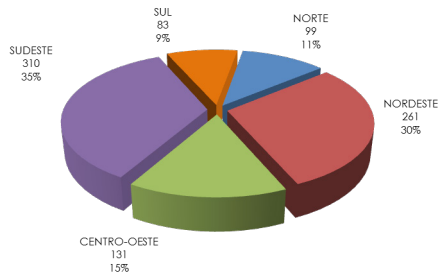


**CONCURSO DE DESENHO E REDAÇÃO
(ALUNOS PARTICIPANTES)**

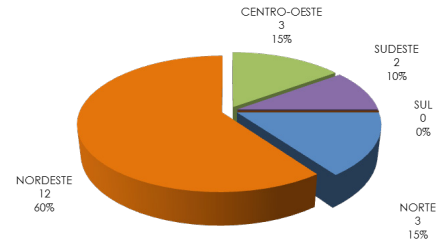


5.5.3. Atividades de Ouvidoria

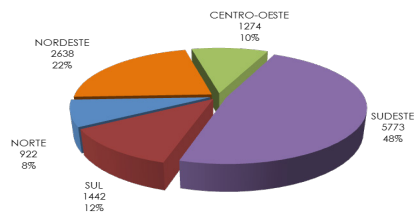
Capacitação (Participantes)



Visitas Técnicas

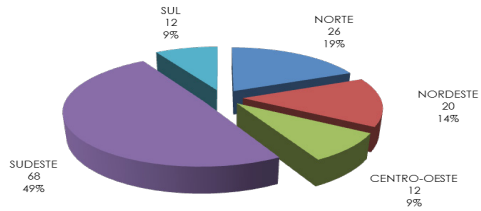


Manifestações de Ouvidoria

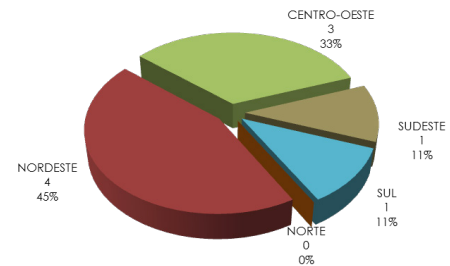


5.5.4. Atividades de Correição no Poder Executivo Federal

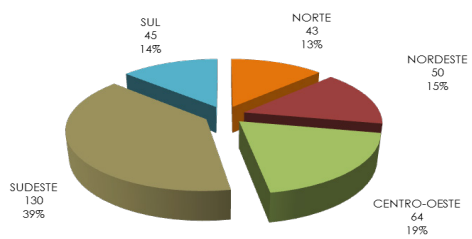
Abandono de Cargo, Inassiduidade ou Acumulação Ilícita de Cargos



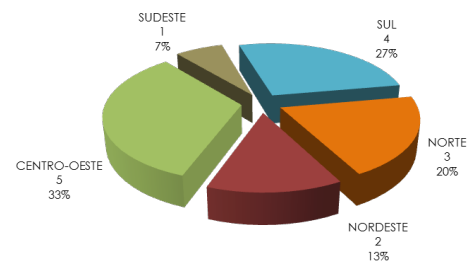
Proceder de Forma Desidiosa



Ato Relacionado à Corrupção



Participação em Gerência ou Administração de Sociedade Privada



5.6. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO NORTE

5.6.1. Auditando e Fiscalizando

ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO EM 2015 – REGIÃO NORTE

AValiação DE EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO (*)	FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS (**)	AUDITORIA ANUAL DE CONTAS	AUDITORIA DE RECURSOS EXTERNOS	AÇÕES INVESTIGATIVAS	TOTAL GERAL
221	131	49	4	125	530

* Quantidade de localidades fiscalizadas no Relatório de Avaliação da Execução do Programa de Governo – RAV, publicado em 2015.

** Quantidade de auditorias realizadas nos Municípios selecionados.

Inclui ações decorrentes de Representações e de Operações Especiais.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno.

5.6.2. Enfrentando a Corrupção e Fortalecendo o Controle Social

PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE	Efetivadas 2 novas adesões de entes públicos ao Programa Brasil Transparente. Adicionalmente, foi realizada a capacitação de 399 servidores públicos para implementação local da Lei de Acesso à Informação
PROGRAMA OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO	Realizadas 3 ações de capacitação do Programa com a participação de 35 cidadãos
ENCONTRO DE CONSELHEIROS	Realizadas 2 ações de capacitação de conselheiros com a participação de 135 conselheiros
CONCURSO DE DESENHO E REDAÇÃO	Participação de 55.558 alunos, 1.574 professores na 7ª edição do Concurso.

5.6.3. Ouvindo o cidadão

CAPACITAÇÃO	3 cursos presenciais em ouvidoria realizados para um total de 99 participantes.
VISITAS TÉCNICAS	3 visitas técnicas a ouvidorias federais com sede na região.
MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA	922 manifestações encaminhadas ao governo federal por usuários do e-Ouv da região Norte.

5.6.4. Punindo Irregularidades

A supervisão da atividade disciplinar contribuiu para que no Poder Executivo Federal fossem expulsos 83 servidores lotados na região Norte no ano de 2015, em decorrência da prática de ilícitos disciplinares.

PUNIÇÕES EXPULSIVAS APLICADAS A ESTATUTÁRIOS EM 2015 – REGIÃO NORTE

ABANDONO DE CARGO	ATO RELACIONADO À CORRUPÇÃO	PROCEDER DE FORMA DESIDIOSA	PARTICIPAÇÃO EM GERÊNCIA	OUTROS	TOTAL GERAL
26	43	0	3	11	83

Fonte: Corregedoria-Geral da União

5.7. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO NORDESTE

5.7.1. Auditando e Fiscalizando

ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO EM 2015 – REGIÃO NORDESTE

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO (*)	FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS (**)	AUDITORIA ANUAL DE CONTAS	AUDITORIA DE RECURSOS EXTERNOS	AÇÕES INVESTIGATIVAS	TOTAL GERAL
482	627	577	11	468	2.165

* Quantidade de localidades fiscalizadas no Relatório de Avaliação da Execução do Programa de Governo – RAV, publicado em 2015.

**Quantidade de auditorias realizadas nos Municípios selecionados.

Inclui ações decorrentes de Representações e de Operações Especiais.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno.

5.7.2. Enfrentando a corrupção e fortalecendo o controle social

PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE	Efetivadas 29 novas adesões de entes públicos ao Programa Brasil Transparente. Adicionalmente, foi realizada a capacitação de 210 servidores públicos para implementação local da Lei de Acesso à Informação.
PROGRAMA OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO	Realizadas 4 ações de capacitação do Programa com a participação de 358 cidadãos.
ENCONTRO DE CONSELHEIROS	Realizadas 25 ações de capacitação de conselheiros com a participação de 3.256 conselheiros.
CONCURSO DE DESENHO E REDAÇÃO	Participação de 88.360 alunos, 3.320 professores na 7ª edição do Concurso.

5.7.3. Ouvindo o Cidadão

CAPACITAÇÃO	6 cursos presenciais em ouvidoria realizados para um total de 261 participantes.
VISITAS TÉCNICAS	12 visitas técnicas a ouvidorias federais com sede na região.
MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA	2.638 manifestações encaminhadas ao Governo Federal por usuários do e-Ouv da região Nordeste.

5.7.4. Punindo Irregularidades

A supervisão da atividade disciplinar contribuiu para que no Poder Executivo Federal fossem expulsos 85 servidores lotados na região Nordeste no ano de 2015, em decorrência da prática de ilícitos disciplinares.

PUNIÇÕES EXPULSIVAS APLICADAS A ESTATUTÁRIOS EM 2015 – REGIÃO NORDESTE

ABANDONO DE CARGO	ATO RELACIONADO À CORRUPÇÃO	PROCEDER DE FORMA DESIDIOSA	PARTICIPAÇÃO EM GERÊNCIA	OUTROS	TOTAL GERAL
20	50	4	2	9	85

Fonte: Corregedoria-Geral da União

5.8. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO CENTRO-OESTE

5.8.1. Auditando e Fiscalizando

ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO EM 2015 – REGIÃO CENTRO-OESTE

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO (*)	FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS (**)	AUDITORIA ANUAL DE CONTAS	AUDITORIA DE RECURSOS EXTERNOS	AÇÕES INVESTIGATIVAS	TOTAL GERAL
254	157	749	87	150	1.397

* Quantidade de localidades fiscalizadas no Relatório de Avaliação da Execução do Programa de Governo – RAV, publicado em 2015.

** Quantidade de auditorias realizadas nos Municípios selecionados.
Inclui ações decorrentes de Representações e de Operações Especiais.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno.

5.8.2. Enfrentando a Corrupção e Fortalecendo o Controle Social

PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE	Efetivadas 24 novas adesões de entes públicos ao Programa Brasil Transparente. Adicionalmente, foi realizada a capacitação de 209 servidores públicos para implementação local da Lei de Acesso à Informação;
PROGRAMA OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO	Realizadas 2 ações de capacitação do Programa com a participação de 100 cidadãos;
ENCONTRO DE CONSELHEIROS	Realizadas 4 ações de capacitação de conselheiros com a participação de 389 conselheiros;
CONCURSO DE DESENHO E REDAÇÃO	Participação de 86.556 alunos, 2.939 professores na 7ª edição do Concurso.

5.8.3. Ouvindo o Cidadão

CAPACITAÇÃO	3 cursos presenciais em ouvidoria realizados para um total de 131 participantes.
VISITAS TÉCNICAS	3 visitas técnicas a ouvidorias federais com sede na região.
MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA	1.274 manifestações encaminhadas ao governo federal por usuários do e-Ouv da região Centro-Oeste.

5.8.4. Punindo Irregularidades

A supervisão da atividade disciplinar contribuiu para que no Poder Executivo Federal fossem expulsos 100 servidores lotados na região Centro-Oeste no ano de 2015, em decorrência da prática de ilícitos disciplinares.

PUNIÇÕES EXPULSIVAS APLICADAS A ESTATUTÁRIOS EM 2015 – REGIÃO CENTRO-OESTE

ABANDONO DE CARGO	ATO RELACIONADO À CORRUPÇÃO	PROCEDER DE FORMA DESIDIOSA	PARTICIPAÇÃO EM GERÊNCIA	OUTROS	TOTAL GERAL
12	64	3	5	16	100

Fonte: Corregedoria-Geral da União

5.9. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO SUDESTE

5.9.1. Auditando e Fiscalizando

ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO EM 2015 – REGIÃO SUDESTE

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO (*)	FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS (**)	AUDITORIA ANUAL DE CONTAS	AUDITORIA DE RECURSOS EXTERNOS	AÇÕES INVESTIGATIVAS	TOTAL GERAL
435	315	643	14	162	1.569

* Quantidade de localidades fiscalizadas no Relatório de Avaliação da Execução do Programa de Governo – RAV, publicado em 2015.

** Quantidade de auditorias realizadas nos Municípios selecionados.

Inclui ações decorrentes de Representações e de Operações Especiais.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno.

5.9.2. Enfrentando a Corrupção e Fortalecendo o Controle Social

PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE	Efetivadas 29 novas adesões de entes públicos ao Programa Brasil Transparente. Adicionalmente, foi realizada a capacitação de 629 servidores públicos para implementação local da Lei de Acesso à Informação.
PROGRAMA OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO	Realizadas 2 ações de capacitação do Programa com a participação de 159 cidadãos.
ENCONTRO DE CONSELHEIROS	Realizadas 4 ações de capacitação de conselheiros com a participação de 378 conselheiros.
CONCURSO DE DESENHO E REDAÇÃO	Participação de 151.437 alunos, 5.914 professores na 7ª edição do Concurso.

5.9.3. Ouvindo o Cidadão

CAPACITAÇÃO	5 cursos presenciais em ouvidoria realizados para um total de 310 participantes.
VISITAS TÉCNICAS	2 visitas técnicas a ouvidorias federais com sede na região.
MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA	5.773 manifestações encaminhadas ao governo federal por usuários do e-Ouv da região Sudeste.

5.9.4. Punindo Irregularidades

A supervisão da atividade disciplinar contribuiu para que no Poder Executivo Federal fossem expulsos 207 servidores lotados na região Sudeste no ano de 2015, em decorrência da prática de ilícitos disciplinares.

PUNIÇÕES EXPULSIVAS APLICADAS A ESTATUTÁRIOS EM 2015 – REGIÃO SUDESTE

ABANDONO DE CARGO	ATO RELACIONADO À CORRUPÇÃO	PROCEDER DE FORMA DESIDIOSA	PARTICIPAÇÃO EM GERÊNCIA	OUTROS	TOTAL GERAL
68	130	1	1	7	207

Fonte: Corregedoria-Geral da União

5.10. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO SUL

5.10.1. Auditando e Fiscalizando

ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO EM 2015 – REGIÃO SUL

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO (*)	FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS (**)	AUDITORIA ANUAL DE CONTAS	AUDITORIA DE RECURSOS EXTERNOS	AÇÕES INVESTIGATIVAS	TOTAL GERAL
318	215	294	5	16	848

* Quantidade de localidades fiscalizadas no Relatório de Avaliação da Execução do Programa de Governo – RAV, publicado em 2015.

** Quantidade de auditorias realizadas nos Municípios selecionados. Inclui ações decorrentes de Representações e de Operações Especiais.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno.

5.10.2. Enfrentando a Corrupção e Fortalecendo o Controle Social

PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE	Efetivadas 2 novas adesões de entes públicos ao Programa Brasil Transparente.
PROGRAMA OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO	Realizadas 2 ações de capacitação do Programa com a participação de 195 cidadãos.
ENCONTRO DE CONSELHEIROS	Realizadas 7 ações de capacitação de conselheiros com a participação de 879 conselheiros.
CONCURSO DE DESENHO E REDAÇÃO	Participação de 87.042 alunos, 3.554 professores na 7ª edição do Concurso.

5.10.3. Ouvindo o Cidadão

CAPACITAÇÃO	3 cursos presenciais em ouvidoria realizados para um total de 83 participantes.
MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA	1.442 manifestações encaminhadas ao governo federal por usuários do e-Ouv da região Sul.

5.10.4. Punindo Irregularidades

A supervisão da atividade disciplinar contribuiu para que no Poder Executivo Federal fossem expulsos 66 servidores lotados na região Sul no ano de 2015, em decorrência da prática de ilícitos disciplinares.

PUNIÇÕES EXPULSIVAS APLICADAS A ESTATUTÁRIOS EM 2015 – REGIÃO SUL

ABANDONO DE CARGO	ATO RELACIONADO À CORRUPÇÃO	PROCEDER DE FORMA DESIDIOSA	PARTICIPAÇÃO EM GERÊNCIA	OUTROS	TOTAL GERAL
12	45	1	4	4	66

Fonte: Corregedoria-Geral da União

5.1.1. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Segundo a Constituição Federal de 1988, o Plano Plurianual – PPA – deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Em outras palavras, o PPA é um instrumento de planejamento utilizado pela administração pública para estabelecer as atividades prioritárias que serão desenvolvidas pelo governo num período determinado de quatro anos. Essas atividades, definidas de acordo com as necessidades da sociedade, constam no plano como programas de governo os quais possuem objetivos e metas a serem perseguidas pelos gestores durante seus mandatos.

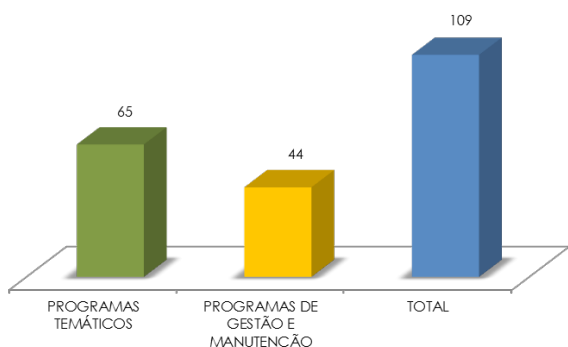
O Plano Plurianual do Governo Federal em vigor, PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, contemplou 109 programas divididos em Programas Temáticos, que orientam a ação governamental, e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, que objetivam apoiar a gestão e a manutenção da máquina pública.

Essa divisão, além de servir como diretriz para os gestores, facilita o acompanhamento e o controle, pois permite visualizar o quanto dos esforços e recursos do governo serão destinados às atividades fins do Estado com vistas ao atendimento das demandas da sociedade e ao desenvolvimento do país, bem como evidencia o quanto será despendido na manutenção da máquina pública de forma que os serviços sejam prestados adequadamente e eficientemente.

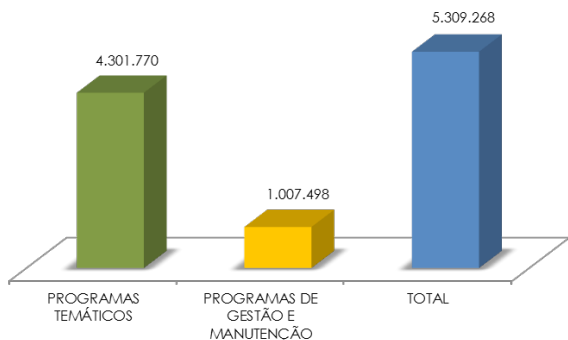
Alocação de Recursos do PPA 2012-2015

Para melhor se compreender as prioridades estabelecidas no PPA 2012-2015, seguem abaixo gráficos com a quantidade de programas e o volume de recursos distribuídos entre os Programas Temáticos e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

PPA – DIVISÃO DOS PROGRAMAS POR QUANTIDADE



PPA – DIVISÃO DOS PROGRAMAS POR RECURSOS
VALORES EM R\$ MILHÕES



Como pode ser observado nos gráficos acima, o total de recursos previstos para os quatro anos de vigência do PPA 2012-2015 foi superior a R\$ 5 trilhões de reais, incluindo nesse valor despesas previstas nos orçamentos fiscal, da seguridade social, e de investimento das empresas estatais, além

de outras fontes de recursos. Desse total, 81% foram direcionados para os programas temáticos e 19% para os programas de gestão e manutenção. Verifica-se, assim, que os recursos direcionados para as áreas finalísticas são consideravelmente mais altos que aqueles destinados à manutenção da máquina pública.

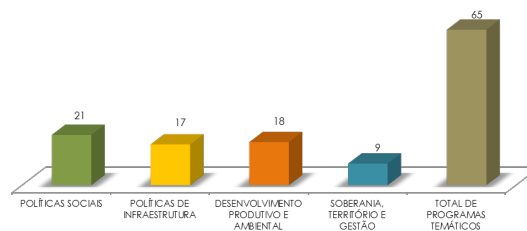
Cumprir informar que do mais de R\$ 1 bilhão direcionado para os programas de gestão e manutenção, 33% são previstos para serem gastos com a previdência de inativos e pensionistas da União, 11% com a gestão e manutenção da área de educação e 9% com a gestão e manutenção da área de defesa. Ou seja, mais de 50% dos recursos com manutenção da máquina pública são concentrados em três áreas.

Com relação aos Programas Temáticos, devido à sua relevância e ao volume de recursos que contemplam, constam do PPA subdivididos em quatro grandes eixos:

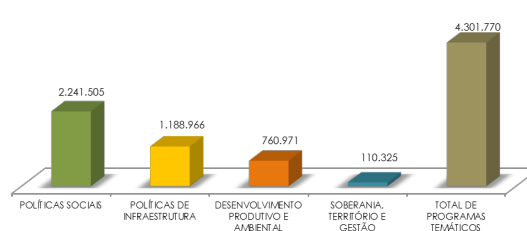
- Políticas Sociais;
- Políticas de Infraestrutura;
- Desenvolvimento Produtivo e Ambiental;
- Soberania, Território e Gestão.

Seguem abaixo gráficos com os dados referentes à quantidade de programas e o volume de recursos distribuídos por eixo temático.

PROGRAMAS TEMÁTICOS – QUANTIDADE POR EIXO



PROGRAMAS TEMÁTICOS – RECURSOS POR EIXO



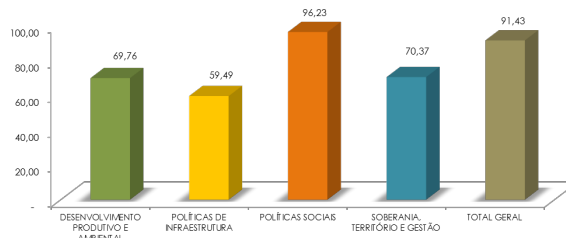
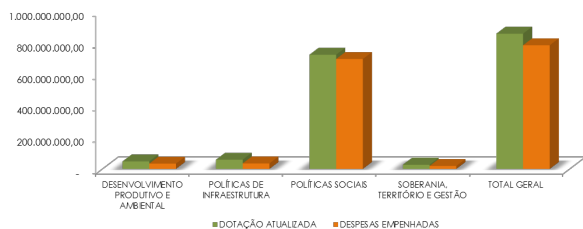
A partir desses gráficos, é possível constatar a ênfase dada pelo PPA 2012-2015 às políticas sociais, que contemplam 42% de todo o recurso previsto no PPA e 52% de todo o recurso direcionado para os programas temáticos.

Em segundo lugar na escala de prioridades do governo, aparecem os programas de infraestrutura, contemplando 22% de todo o recurso previsto para o PPA e 28% dos recursos dos programas temáticos.

Execução dos Programas Temáticos de Governo no exercício de 2015

Dado que os programas temáticos refletem a agenda do Governo, organizada pelos temas de políticas públicas, e orientam a ação governamental para a oferta de bens e serviços à sociedade, neste tópico será realizada análise geral da execução de tais programas no exercício de 2015, destacando os aspectos relacionados aos perfis da execução orçamentária.

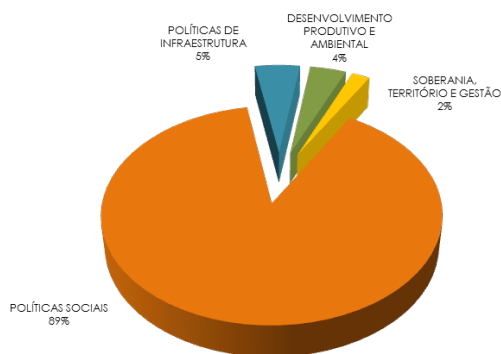
O gráfico a seguir evidencia que 91% dos recursos previstos foram executados (liquidadados + inscritos em restos a pagar não processados e processados). Do total executado, em 89% houve o efetivo desembolso dos recursos financeiros (valores pagos). As demais despesas foram inscritas em restos a pagar não processados e processados representando, respectivamente, 4% e 7%.



	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL	POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA	POLÍTICAS SOCIAIS	SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO	TOTAL GERAL
DOTAÇÃO ATUALIZADA	47.965.171,28	58.790.552,11	724.759.424,60	26.732.445,75	858.247.593,74
DESPESAS EMPENHADAS	33.460.595,80	34.974.716,21	697.446.389,30	18.811.513,23	784.693.214,54
% EXECUÇÃO	69,76	59,49	96,23	70,37	91,43

Observa-se pelo gráfico seguinte que quase 90% dos recursos empenhados no exercício foram aplicados no eixo temático políticas sociais, o que ratifica a ênfase dada pelo Governo Federal no momento da alocação (planejamento) dos recursos no PPA.

PERCENTUAL DE RECURSOS EXECUTADOS POR EIXO TEMÁTICO – LOA 2015



Apresenta-se a seguir o montante dos recursos disponibilizados pela LOA + CRÉDITOS e sua respectiva execução, por eixo temático, para cada um dos 65 programas constantes no Plano Plurianual 2012-2015.



POLÍTICAS SOCIAIS
R\$ MILHARES

PROGRAMAS TEMÁTICOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	% EXECUÇÃO
APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	97.995.701	88.518.088	90,33%
POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	239.271	120.044	50,17%
BOLSA FAMILIA	27.488.690	27.479.152	99,97%
CIDADANIA E JUSTICA	815.634	548.422	67,24%
CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	2.023.040	1.151.594	56,92%
EDUCACAO BASICA	33.953.394	27.051.295	79,67%
EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	8.000.756	6.401.395	80,01%
EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA	17.875.183	14.976.355	83,78%
ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	86.965	29.444	33,86%
ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	3.250.924	1.875.065	57,68%
FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	44.619.041	44.222.079	99,11%
AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	55.684	24.326	43,69%
COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	315.999	150.260	47,55%
PREVIDENCIA SOCIAL	432.370.874	432.271.657	99,98%
PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	215.996	51.151	23,68%
PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	23.783	8.635	36,31%
PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	136.152	65.354	48,00%
PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	1.653.424	1.428.681	86,41%
SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.511.803	1.052.530	69,62%
SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	2.796.102	1.572.897	56,25%
TRABALHO, EMPREGO E RENDA	49.331.010	48.447.966	98,21%
TOTAL	724.759.425	697.446.389	96,23%

Fonte: Tesouro Gerencial

A execução dos programas do Eixo das Políticas Sociais atingiu **96,23%** do total da dotação atualizada. Verifica-se que a execução do referido Eixo temático foi influenciada de forma positiva pelos programas que representam nesse contexto **92%** dos recursos executados, quais sejam:

- Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Bolsa Família;
- Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- Previdência Social; e
- Trabalho, Emprego e Renda.

Esses programas tiveram percentual de execução de, respectivamente, **90,33%**, **99,97%**, **99,11%**, **99,98%** e **98,21%**

5.11.2. Políticas de Infraestrutura



POLÍTICA DE INFRAESTRUTURA R\$ MILHARES

PROGRAMAS TEMÁTICOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%
AVIACAO CIVIL	1.107.079	237.136	21,42%
COMBUSTIVEIS	113.716	86.557	76,12%
COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRACIA	659.497	512.766	77,75%
ENERGIA ELETRICA	1.193.561	921.747	77,23%
GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	2.928.435	1.953.278	66,70%
GESTAO ESTRATEGICA DA GEOLOGIA, DA MINERACAO E DA TRANSFORMAÇÃO	94.100	67.268	71,49%
MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	3.306.283	1.182.017	35,75%
MORADIA DIGNA	25.158.866	16.833.066	66,91%
OFERTA DE AGUA	3.935.711	2.014.043	51,17%
PETROLEO E GAS	178.400	131.681	73,81%
PLANEJAMENTO URBANO	4.002.099	1.494.957	37,35%
RESIDUOS SOLIDOS	78.326	19.458	24,84%
SANEAMENTO BASICO	3.004.895	1.280.325	42,61%
TRANSPORTE FERROVIARIO	2.464.334	1.712.377	69,49%
TRANSPORTE HIDROVIARIO	306.350	173.781	56,73%
TRANSPORTE MARITIMO	550.167	346.191	62,92%
TRANSPORTE RODOVIARIO	9.708.734	6.008.069	61,88%
TOTAL	58.790.552	34.974.716	59,49

Fonte: Tesouro Gerencial

A execução dos programas dos Eixos das Políticas de Infraestrutura alcançou 59,49% da dotação atualizada no exercício de 2015. Os programas que tiveram percentual de execução acima de 70% são os destacados a seguir:

- Combustíveis;
- Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia;
- Energia Elétrica;
- Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação; e
- Petróleo e Gás.

Observa-se que tais programas deram ênfase principalmente à expansão da oferta e energia, petróleo e gás, bem como da rede logística de comunicações e da expansão da capacidade de produção, em atividades intensivas em recursos naturais. No entanto, no contexto geral, a execução de tais programas representou somente 5% do total executado do referido Eixo.

Os dois programas mais representativos do eixo são Moradia Digna e Transporte Rodoviário, responsáveis por cerca de 65% do total dos recursos executados. Em termos de nível de execução tais programas atingiram os índices de 67% e 62%, respectivamente.

5.1.1.3. Desenvolvimento Produtivo e Ambiental



DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL R\$ MILHARES

PROGRAMAS TEMÁTICOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%
AGRICULTURA FAMILIAR	6.852.877	5.618.794	81,99%
AGRICULTURA IRRIGADA	339.653	158.607	46,70%
AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	15.732.285	10.573.811	67,21%
BIODIVERSIDADE	394.118	278.698	70,71%
CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	5.841.767	4.246.212	72,69%
COMERCIO E SERVICOS	35.648	32.870	92,21%
COMERCIO EXTERIOR	3.707.240	3.445.975	92,95%
CONSERVACAO E GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	350.657	302.704	86,32%
DEFESA AGROPECUARIA	446.773	194.124	43,45%
FLORESTAS, PREVENCAO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCENDIOS	290.270	173.096	59,63%
INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	549.617	352.616	64,16%
LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	21.292	13.900	65,28%
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	42.760	20.135	47,09%
MUDANCAS CLIMATICAS	413.071	387.654	93,85%
PESCA E AQUICULTURA	655.639	59.857	9,13%
DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	7.849.831	6.005.379	76,50%
REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	2.484.470	1.041.348	41,91%
TURISMO	1.957.202	554.816	28,35%
TOTAL	47.965.171	33.460.596	69,76

Fonte: Tesouro Gerencial

A execução dos programas dos Eixos das Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental atingiu 69,76% da dotação atualizada no exercício de 2015. Destaca-se a seguir os programas que obtiveram nível de execução superior a 70% no referido período:

- Agricultura Familiar;
- Biodiversidade;
- Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Comércio e Serviços;
- Comércio Exterior;
- Conservação e Gestão de Recursos Hídricos;
- Mudanças Climáticas; e
- Desenvolvimento Produtivo

Observa-se nesse Eixo a ênfase dada à dimensão ambiental, cujos aspectos voltados ao aproveitamento sustentável da biodiversidade, conservação e recuperação ambiental foram priorizados. Juntos, a execução dos referidos programas representam cerca de 61% do total dos recursos executados no período. Cumpre ressaltar também que o programa de Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização atingiu o nível de execução da ordem de 67%, representando cerca de 32% do total dos recursos.

5.11.4. Soberania, Território e Gestão



SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO R\$ MILHARES

PROGRAMAS TEMÁTICOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	6.335.618	3.605.190	56,90%
DEMOCRACIA E APERFEICOAMENTO DA GESTAO PUBLICA	738.945	603.170	81,63%
GESTAO DA POLITICA ECONOMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO	583.094	440.673	75,57%
MAR, ZONA COSTEIRA E ANTARTIDA	129.470	51.556	39,82%
POLITICA ESPACIAL	226.370	199.228	88,01%
POLITICA EXTERNA	1.515.321	1.467.351	96,83%
POLITICA NACIONAL DE DEFESA	16.514.443	11.887.004	71,98%
POLITICA NUCLEAR	689.184	557.341	80,87%
TOTAL	26.732.446	18.811.513	70,37%

No exercício de 2015, o nível de execução orçamentária dos programas do Eixo Soberania, Território e Gestão alcançou a média de 70,37% da dotação atualizada.

Nesse Eixo cumpre destacar o programa Política Nacional de Defesa, que corresponde a 63% do total dos recursos executados - R\$ 12 bilhões - e alcançou nível de execução de aproximadamente 72% da dotação atualizada no período de 2015. Os programas de Política Espacial e Política Externa atingiram níveis de execução, respectivamente, de 88% e 97%. No entanto, tais programas são pouco representativos em termos percentuais do total executado no período (9%).

5.12. ANÁLISE CONSOLIDADA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Este tópico visa apresentar análise orçamentária da execução orçamentária e financeira. O objetivo é apresentar um comparativo entre os valores orçados e efetivamente realizados, demonstrando o esforço do Governo Federal para cumprir com seu planejamento.

5.12.1. Execução da Receita

A tabela a seguir demonstra a comparação entre a Receita Prevista e a Realizada por categoria econômica e origem.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA – PODER EXECUTIVO – 2015 R\$ MILHARES

CATEGORIA/ORIGEM	R\$ PREVISTO (A)	R\$ REALIZADO (B)	% REALIZADO (B/A)	COMPOSIÇÃO DO TOTAL REALIZADO (B/TOTAL REALIZADO)
Total	2.876.109.616	2.660.719.431	93%	100%
Receitas Correntes	1.517.579.200	1.324.112.275	87%	50%
Receitas Tributárias	453.352.462	424.053.297	94%	16%
Receitas de Contribuição	786.563.409	705.946.451	90%	27%
Receitas Patrimoniais	104.770.137	65.701.042	63%	2%
Receitas Agropecuárias	30.263	28.486	94%	0%
Receitas Industriais	1.074.772	800.117	74%	0%
Receitas de Serviços	53.410.660	43.874.637	82%	2%
Transferências Correntes	635.530	759.439	120%	0%
Receitas a Classificar	-	9.233.725	-	0%
Outras Receitas Correntes	117.741.968	73.715.082	63%	3%
Receitas de Capital	1.358.530.416	1.336.607.156	98%	50%
Operações de Crédito	1.178.777.662	1.027.685.322	87%	39%
Alienações de Bens	6.314.194	1.501.158	24%	0%
Amortização de Empréstimo	42.332.333	55.099.901	130%	2%
Transferência de Capital	147.051	94.056	64%	0%
Outras Receitas de Capital	130.959.175	252.226.719	193%	9%

Fonte: Tesouro Gerencial

Em 2015 as receitas correntes representaram cerca de 50% da arrecadação total, sendo as principais origens as tributárias e as contribuições que juntas respondem por 43% do total de recursos arrecadados no exercício.

As receitas de capital representam 50% do total realizado sendo seu principal componente as receitas decorrentes de operações de crédito no montante de R\$ 1,03 trilhão correspondendo a 39% do total arrecadado das receitas e 77% da categoria econômica.

O desempenho da arrecadação total apresentou frustração de arrecadação no montante de R\$ 215,4 bilhões com realização percentual da ordem de 93%.

Em termos percentuais, a maior frustração de arrecadação pode ser observada na origem Alienação de Bens, com realização de apenas 24% do previsto. Já em relação ao montante de recursos, destacam-se as receitas de operações de crédito e de contribuições com frustração da ordem de R\$ 151 bilhões e R\$ 80,6 bilhões, respectivamente.

Por outro lado, as amortizações de empréstimos e outras receitas de capital apresentaram excesso de arrecadação da ordem de R\$ 12,7 bilhões e R\$ 121,2 bilhões, respectivamente.

5.12.2. Execução da Despesa Orçamentária

Visão Geral

A tabela a seguir demonstra a execução orçamentária da despesa considerando sua divisão por natureza de despesa.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA – PODER EXECUTIVO – 2015 R\$ MILHARES

CATEGORIA/ORIGEM	R\$ PREVISÃO INICIAL	R\$ PREVISÃO ATUALIZADA (C)	R\$ REALIZADO (D)	% REALIZADO (D/C)	COMPOSIÇÃO DO TOTAL REALIZADO (D/TOTAL REALIZADO)
Total	2.827.189.870	2.887.941.425	2.333.196.241	81%	100%
Despesas Correntes	1.485.624.748	1.551.371.535	1.425.501.347	92%	61%
Pessoal e Encargos Sociais	219.264.520	219.413.986	218.127.805	99%	9%
Juros e Encargos da Dívida	225.247.876	277.346.318	208.362.777	75%	9%
Outras Despesas Correntes	1.041.112.352	1.054.611.231	999.010.766	95%	43%
Despesa de Capital	1.341.565.122	1.281.949.728	857.051.062	67%	37%
Investimentos	80.891.658	75.652.723	35.610.370	47%	2%
Inversões Financeiras	93.250.241	90.266.659	67.572.205	75%	3%
Amortizações da Dívida	1.131.349.331	1.079.956.453	753.868.487	70%	32%
Reserva de Contingência	36.073.892	36.073.892	-	0%	0%
Créditos Especiais	-	1.921.999	616.533	32%	0%
Despesas Correntes	-	859.932	602.275	70%	0%
Pessoal e Encargos Sociais	-	420	408	97%	0%
Outras Despesas Correntes	-	859.513	601.866	70%	0%
Despesa de Capital	-	1.062.067	14.259	1%	0%
Investimentos	-	315.436	3.900	1%	0%
Inversões Financeiras	-	746.631	10.359	1%	0%
Créditos Extraordinários	-	52.698.164	50.027.298	95%	2%
Despesas Correntes	-	45.890.428	44.734.717	97%	2%
Outras Despesas Correntes	-	45.890.428	44.734.717	97%	2%
Despesa de Capital	-	6.807.736	5.292.581	78%	0%
Investimentos	-	2.198.087	692.581	32%	0%
Inversões Financeiras	-	4.609.648	4.600.000	100%	0%

Fonte: Tesouro Gerencial

O montante de recursos empenhados em 2015 atingiu o valor de R\$ 2,3 trilhões com um incremento de 3,07% em relação a 2014.

Com base na estrutura da despesa, observa-se que as despesas correntes correspondem a cerca de 63% do total executado, destaque para outras despesas correntes que correspondem a 71,4% da categoria.

Nas despesas de capital, o principal item foi a amortização da dívida que corresponde a 86,5% de toda despesa de capital realizada e cerca de 32%

de toda execução.

A execução total apresentou economia na execução da despesa da ordem de R\$ 554,7 bilhões, com percentual de execução de 81% da dotação atualizada.

As maiores economias podem ser observadas na amortização da dívida e nos juros e encargos, com sobras de créditos de R\$ 326 bilhões e R\$ 68,9 bilhões, respectivamente.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO – PODER EXECUTIVO R\$ MILHARES

IDENTIFICADOR RP	2014			2015			VAR. %	
	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	EMP.	LIQ
0 – Financeira	1.286.813.960	1.050.504.772	1.039.338.947	1.485.135.444	1.038.241.313	1.027.981.629	-1%	-1%
1 – Obrigatória	1.085.695.955	1.064.345.679	1.021.667.104	1.199.326.706	1.162.706.810	1.138.147.275	9%	11%
2 – Discricionária	119.196.895	89.187.237	66.050.256	126.549.874	86.747.462	64.362.792	-3%	-3%
3 – PAC	62.092.325	53.603.617	28.078.938	67.306.470	42.100.086	27.130.988	-21%	-3%
6 – Emendas Individuais	8.625.779	6.109.529	186.249	9.622.931	3.400.570	40.245	-44%	-78%
TOTAL	2.562.424.914	2.263.750.834	2.155.321.494	2.887.941.425	2.333.196.241	2.257.662.929	3%	5%

Fonte: Siafi Gerencial e Tesouro Gerencial

O quadro anterior apresenta a execução orçamentária por identificador de resultado primário, o que permite analisar o desempenho da gestão orçamentária no alcance do resultado primário almejado pelo Governo Federal.

À exceção das despesas obrigatórias, que apresentaram aumento de 9,24% em relação ao exercício anterior, os demais identificadores apresentaram redução de gastos, compensando, assim, a maior parte do incremento das despesas obrigatórias.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA – PODER EXECUTIVO
R\$ MILHARES**

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	2014	2015	VARIAÇÃO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	204.407.132	218.128.213	7%
2 - Juros e Encargos da Dívida	170.551.839	208.362.777	22%
3 - Outras Despesas Correntes	949.566.436	1.044.347.349	10%
4 - Investimentos	54.616.636	36.306.851	-34%
5 - Inversões Financeiras	76.069.609	72.182.564	-5%
6 - Amortização da Dívida	808.539.182	753.868.487	-7%
TOTAL GERAL	2.263.750.834	2.333.196.241	3%

Fonte: Siafi Gerencial e Tesouro Gerencial

O quadro anterior apresenta as despesas empenhadas nos exercícios de 2014 e 2015 detalhadas por grupo de natureza de despesa e a correspondente variação entre os exercícios, permitindo observar a tendência dos gastos do Poder Executivo.

O item com maior crescimento percentual no período foram os juros e encargos da dívida, com variação de aproximadamente 22%, representando um aumento de R\$ 37,8 bilhões.

Contudo, sob a ótica dos valores, o grupo com maior crescimento foi outras despesas correntes, cerca de R\$ 94,8 bilhões.

O maior decréscimo em termos percentuais ocorreu nos investimentos com queda de 34%, correspondendo a uma redução de R\$ 18,3 bilhões.

Em valores nominais, o maior decréscimo refere-se à redução na amortização da dívida, que passou de R\$ 808,5 bilhões em 2014 para R\$ 753,9 bilhões em 2015, ou seja, uma redução de R\$ 54,6 bilhões.

**DESPESAS EMPENHADAS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO – PODER EXECUTIVO
R\$ MILHARES**

MODALIDADE DE APLICAÇÃO	VALOR (R\$ MILHARES)		%	
	2014	2015	2014	2015
30 - TRANSFER. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	117.527.947	113.089.248	5%	5%
31 - TRANSFER. A ESTADOS E DF - FUNDO A FUNDO	15.980.239	17.199.726	1%	1%
32 - EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA AOS ESTADOS/DF	1.651.128	251.317	0%	0%
35 - TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO ART.24 LC 141/12	1.000	0	0%	0%
40 - TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	128.388.459	125.988.744	6%	5%
41 - TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO	46.398.224	49.670.698	2%	2%
42 - EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA A MUNICIPIOS	286.672	376.044	0%	0%
45 - TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS ART.24 LC 141/12	343.660	0	0%	0%
50 - TRANSF. A INST. PRIVADAS_S/ FINS LUCRATIVOS	6.297.145	5.096.119	0%	0%
60 - TRANSFER.A INST. PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	175.595	163.917	0%	0%
70 - TRANSF. A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	19.698	13.661	0%	0%
71 - TRANSF.CONSORC.PUB.MEDIANTE CONTRATO RATEIO	174.678	11.648	0%	0%
80 - TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	3.143.285	2.569.017	0%	0%
90 - APLICACOES DIRETAS	1.907.865.444	1.970.171.384	84%	84%
91 - APLICACOES DIRETAS - OPER.INTRA-ORCAMENTARIAS	35.497.659	48.189.242	2%	2%
95 - APLICACAO DIRETA - ACOES E SERVICOS DE SAUDE		405.475	-	0%
TOTAL	117.527.947	113.089.248	100%	100%

Fonte: Siafi Gerencial e Tesouro Gerencial

O quadro anterior apresenta a execução da despesa segundo as formas de execução, ou seja, direta ou indireta, com base nas modalidades de aplicação.

O maior montante de recursos despendidos em 2015 foi executado diretamente, totalizando R\$ 2 trilhões ou cerca de 86% do total da despesa executada, quando levando em consideração a aplicações diretas inclusive as intra-orçamentárias.

Cumprir destacar que entre as aplicações diretas incluem os gastos da União com a manutenção das polícias civil e militar e corpo de bombeiros do Distrito Federal no montante de R\$ 6,3 bilhões. Estes valores representam 9,2% dos valores empenhados no exercício de 2015, na respectiva modalidade.

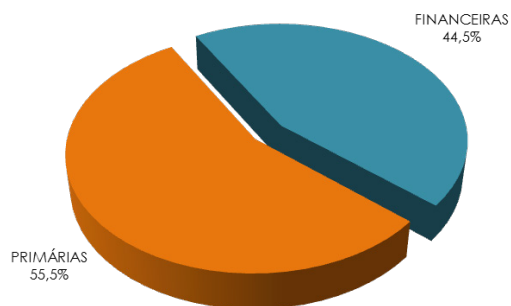
Nas modalidades 30 e 40 estão incluídas transferências constitucionais e legais aos Estados, Distrito Federal e Municípios que em 2015 totalizaram cerca de R\$ 207,5 bilhões.

Despesas Primárias e Financeiras

Visando possibilitar melhor análise das despesas executadas, vale diferenciar as despesas primárias das financeiras, uma vez que as despesas primárias se referem aos serviços realmente prestados pelo Estado, enquanto as despesas financeiras tratam de operações financeiras tais como empréstimos, concessão de empréstimos, amortizações e juros passivos.

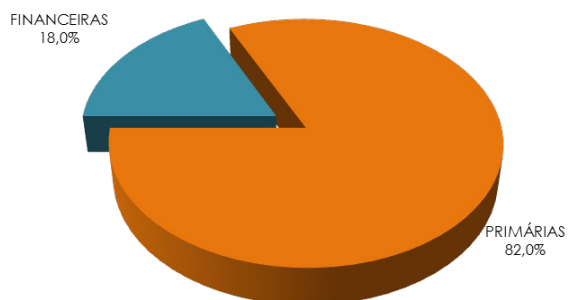
O gráfico a seguir demonstra a divisão entre as despesas primárias e financeiras do Poder Executivo Federal, explicitando que as despesas com juros e financiamento da dívida são responsáveis por 44,5% dos gastos governamentais.

**PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS E FINANCEIRAS
VALORES EMPENHADOS – PODER EXECUTIVO - 2015**



É possível analisar o valor das despesas financeiras excluindo-se os valores do refinanciamento da dívida, uma vez que esta pode ser rolada diversas vezes no mesmo exercício.

O Gráfico a seguir demonstra a proporção entre despesas primárias e financeiras, excluindo-se o refinanciamento da dívida.



Despesas Por função

A tabela a seguir demonstra, em ordem decrescente de valores, a despesa executada em cada função, a fim de explicitar em qual área de ação governamental ocorreu a despesa.

**EMPENHO POR FUNÇÃO – 2014 E 2015
R\$ MILHARES**

FUNÇÃO	2014	%	2015	%
28 - Encargos Especiais	1.288.246.948	57%	1.298.220.178	56%
09 - Previdência Social	486.306.813	21%	531.290.768	23%
12 - Educação	93.897.291	4%	103.779.652	4%
10 - Saúde	94.065.346	4%	102.093.783	4%
08 - Assistência Social	70.433.459	3%	73.231.136	3%
11 - Trabalho	71.639.539	3%	67.328.190	3%
05 - Defesa Nacional	40.250.273	2%	41.424.403	2%
04 - Administração	21.234.964	1%	21.796.337	1%
20 - Agricultura	18.851.840	1%	21.628.517	1%
26 - Transporte	21.123.901	1%	16.806.926	1%
06 - Segurança Pública	8.945.185	0%	9.035.951	0%
19 - Ciência e Tecnologia	8.337.192	0%	8.521.366	0%
03 - Essencial à Justiça	5.563.329	0%	6.453.087	0%
18 - Gestão Ambiental	6.792.097	0%	4.840.687	0%
15 - Urbanismo	4.142.872	0%	4.370.785	0%
23 - Comércio e Serviços	4.747.522	0%	4.180.291	0%
07 - Relações Exteriores	2.436.966	0%	3.153.953	0%
21 - Organização Agrária	4.292.230	0%	3.091.101	0%
22 - Indústria	2.289.207	0%	2.223.211	0%
27 - Desporto e Lazer	2.417.135	0%	2.045.386	0%
25 - Energia	1.160.245	0%	1.886.425	0%
13 - Cultura	1.835.788	0%	1.867.416	0%
24 - Comunicações	1.516.609	0%	1.446.006	0%
14 - Direitos da Cidadania	1.485.065	0%	1.318.521	0%
17 - Saneamento	1.691.434	0%	1.093.555	0%
16 - Habitação	47.587	0%	68.608	0%
99 - Reserva de Contingência	-	-	-	-
TOTAL GERAL	2.263.750.834	100%	2.333.196.241	100%

Fonte: Siasi Gerencial e Tesouro Gerencial

Evidencia-se a grande participação das funções Previdência Social e Encargos Especiais, seguidas por Saúde, Educação, Assistência Social e Trabalho, funções que concentram grande parte das despesas obrigatórias da União.

Esses seis itens representam 92% dos gastos públicos federais no exercício de 2015.

A função mais representativa é a de Encargos Especiais, que pode ser detalhada por programas conforme tabela a seguir

ENCARGOS ESPECIAIS – EMPENHO POR PROGRAMA – PODER EXECUTIVO – 2015

PROGRAMA GOVERNO	2015	%
0901 - OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	24.951.555,55	2%
0902 - OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	10.518.884,89	1%
0903 - OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEC	213.821.288,85	16%
0905 - OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS EAMORT	382.004.451,88	29%
0906 - OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS EAMORT	10.852.019,73	1%
0907 - OPERACOES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	558.794.266,10	43%
0908 - OPERACOES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDA EXTERNA	10.580.525,91	1%
0909 - OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	66.530.201,26	5%
0910 - OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	199.977,79	0%
0911 - OPERACOES ESPECIAIS - REMUNERACAO DE AGENTES FINANCEIROS	293.769,59	0%
0913 - OPERACOES ESPECIAIS - PARTICIPACAO DO BRASIL EM ORGANISMOS F	-	0%
2029 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	3.125.335,48	0%
2047 - MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	7.006,84	0%
2049 - MORADIA DIGNA	16.506.936,77	1%
2119 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	17.862,55	0%
2121 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	-	0%
2126 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	16.094,77	0%
TOTAL GERAL	1.298.220.177,96	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Os programas mais representativos da função Encargos Especiais são o 0903 relativo às transferências constitucionais e legais a estados e municípios que representaram 16% do total executado na função, o 0905 de juros e encargos da dívida interna correspondente a 29% da execução total e o 0907 que abrange o refinanciamento da dívida interna e representa 43% dos valores empenhados na função em 2015.

Despesas Financeiras

EXECUÇÃO DAS DESPESAS FINANCEIRAS POR ELEMENTO DE DESPESA 2014 E 2015
R\$ MILHARES

ELEMENTO DE DESPESA	2014	%	2015	%
Juros e Encargos da Dívida	170.551.839,48	17%	208.362.777,00	22%
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato	4.477.899,03	0%	811.469,00	0%
22 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	70.024,90	0%	73.218,00	0%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária	165.968.757,74	17%	207.478.090,00	22%
24 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária	35.157,81	0%		
Amortização	808.539.181,58	83%	753.868.487,00	78%
71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	63.454.422,92	6%	1.087.900,00	0%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado	128.267.309,88	13%	180.882.821,00	19%
76 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado	614.854.065,63	63%	569.374.792,00	59%
77 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado	1.963.383,15	0%	2.522.974,00	0%
TOTAL GERAL	979.091.021,06	100%	962.231.264,00	100%

Fonte: Sifi Gerencial e Tesouro Gerencial

As despesas com juros e financiamento da dívida são responsáveis por 44% dos gastos governamentais. As despesas de juros e encargos da dívida, representam 22% das despesas financeiras e tem os juros, deságios e descontos da dívida mobiliária com principal componente com montante de R\$ 207,5 bilhões correspondentes a quase totalidade do grupo.

O grupo de despesa amortização representa cerca de 78% das despesas financeiras, com principal destaque para o refinanciamento da dívida mobiliária no montante de R\$ 569,4 bilhões que correspondem a 59% de toda despesa financeira do Poder Executivo Federal.

5.1.2.3. Execução Orçamentária

A partir dos valores referentes à receita e à despesa realizadas, obtém-se o resultado da execução orçamentária do exercício de 2015:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 2015
R\$ MILHARES

RECEITA REALIZADA	DESPESA REALIZADA	SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO
2.660.719.431	2.333.196.241	327.523.190

Como pode ser observado, houve superávit orçamentário, ou seja, gastou-se menos do que se arrecadou. No entanto, essa informação precisa ser mais detalhada para que se consiga chegar a conclusões mais elucidativas acerca do ocorrido.

Assim, segue abaixo dados da execução orçamentária discriminada por categoria econômica:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE E DE CAPITAL – 2015 R\$ MILHARES

RECEITA CORRENTE REALIZADA	DESPESA CORRENTE REALIZADA	DÉFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE
1.324.112.275	1.470.838.339	146.726.064

RECEITA DE CAPITAL REALIZADA	DESPESA DE CAPITAL REALIZADA	SUPERÁVIT DO ORÇAMENTO DE CAPITAL
1.336.607.156	862.357.902	474.249.254

Conforme demonstrado, houve déficit do orçamento corrente de cerca de 10% do total das despesas correntes e superávit do orçamento de capital, com as receitas de capital superando as despesas em 55%.

Observa-se que o superávit do orçamento de capital cobriu todo o déficit corrente e ainda gerou resultado positivo.

O aumento no superávit do orçamento de capital deveu-se a redução de 8% na execução das despesas de capital em relação ao exercício de 2014, o que representou diminuição de cerca de R\$ 132 bilhões.

A maior redução ocorreu na amortização da dívida com queda de 7%. Esta diminuição na execução ampliou o montante de superávit em 2015 com um incremento R\$ 462 bilhões, que representou um aumento de 3644% em relação ao exercício anterior.

O superávit de R\$ 474 bilhões cobriu os R\$ 147 bilhões de déficit do orçamento corrente e ainda ampliou as disponibilidades de caixa bruta da União que passaram de R\$ 652 bilhões em 2014 para R\$ 976 bilhões no exercício de 2015, conforme Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal relativo ao 3º Quadrimestre de 2015.

5.13. ANÁLISE DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

O objetivo desta seção é analisar o cumprimento dos limites legais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000). Inicialmente será apresentado um panorama sobre o cumprimento dos limites legais e depois serão apresentadas informações específicas para cada um dos indicadores.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu indicadores para monitorar a qualidade da gestão fiscal. Dentre os indicadores estão os limites legais para a despesa com pessoal, a dívida consolidada líquida, as garantias de valores e as operações de crédito.

Os limites são calculados a partir da Receita Corrente Líquida (RCL), que em 2015 totalizou R\$ 674,42 bilhões. A tabela a seguir informa que a União obedeceu aos limites legais em 2015.

LIMITES LEGAIS EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) PODER EXECUTIVO – UNIÃO 2015

ITEM	LIMITE LEGAL (% DA RCL)	REALIZADO (% DA RCL)	OBEDECEU O LIMITE?
Despesa com Pessoal	37,90%	26,3%	Sim
Dívida Consolidada Líquida	não há	256,6%	Sim
Total das Garantias de Valores	60%	45,3%	Sim
Operações de Crédito Externas e Internas	60%	31,5%	Sim

A seguir serão analisados individualmente os limites supracitados.

Análise dos Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

5.13.1. Despesas com Pessoal da União

A Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, em seu art. 20, estabelece que os gastos com pessoal do Poder Executivo Federal durante o período de 12 meses não poderão exceder a 37,90% (limite máximo) da Receita Corrente Líquida (RCL).

Quanto aos limites das despesas com pessoal para os ex-territórios Amapá e Roraima e para o Distrito Federal, o art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001, estabelece, respectivamente, 0,273%, 0,160% e 2,200% para o limite máximo.

Destaca-se que o parágrafo único do art. 22 da LRF estabeleceu o limite prudencial de 95% do máximo, isto é, 36,01% da RCL para o Poder Executivo Federal, e 0,259%, 0,152% e 2,090% da RCL, para os ex-territórios Amapá e Roraima e para o Distrito Federal, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os valores constantes do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo Federal, dos ex-territórios do Amapá e Roraima e do Distrito Federal, nos últimos doze meses, bem como os limites apurados no 3º quadrimestre de 2015:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL JANEIRO A DEZEMBRO / 2015 R\$ MILHARES

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)							
	PODER EXECUTIVO FEDERAL		AMAPÁ		RORAIMA		DISTRITO FEDERAL	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROC	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROC	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROC	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROC
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	176.928.703	496.429	319.914	0	187.590	0	10.873.068	2.512
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	177.425.132	319.914	187.590	10.875.581				
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL								
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	674.522.742							
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL	26,30%	0,047%	0,028%	1,612%				
LIMITE MÁXIMO	37,90%	255.644.119	0,273%	1.841.447	0,160%	1.079.236	2,200%	14.839.500
LIMITE PRUDENCIAL	36,01%	242.895.639	0,259%	1.747.014	0,152%	1.025.275	2,090%	14.097.525

Fonte: Siafi

Dos números apresentados, verifica-se que os limites prudencial e máximo referentes às despesas com pessoal do Poder Executivo Federal, dos ex-territórios do Amapá e Roraima e do Distrito Federal foram cumpridos no 3º quadrimestre de 2015.

A tabela a seguir apresenta os valores das despesas com pessoal desde o exercício de 2010:

DESPESAS COM PESSOAL
R\$ MILHARES

PODER / ÓRGÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PODER EXECUTIVO FEDERAL						
Despesa com Pessoal (DP)	121.054.382	133.215.180	133.739.247	150.503.142	161.174.205	177.425.132
% DP / RCL	24,22%	23,84%	21,68%	22,939%	25,122%	26,30%
Limite Máximo (37,90% da RCL)	189.449.446	211.749.721	233.817.739	248.659.709	243.158.137	255.644.119
AMAPA						
Despesa com Pessoal (DP)	568.714	615.675	178.643	257.581	269.785	319.914
% DP / RCL	0,11%	0,11%	0,03%	0,039%	0,042%	0,05%
Limite Máximo (0,273% da RCL)	1.364.636	1.525.268	1.684.228	1.791.137	1.751.508	1.841.447
RORAIMA						
Despesa com Pessoal (DP)	366.232	409.891	96.733	137.990	155.823	187.590
% DP / RCL	0,07%	0,07%	0,02%	0,021%	0,024%	0,03%
Limite Máximo (0,160% da RCL)	799.787	893.930	987.093	1.049.751	1.026.525	1.079.236
DISTRITO FEDERAL						
Despesa com Pessoal (DP)	6.713.712	7.485.570	8.607.478	9.375.710	10.004.641	10.875.581
% DP / RCL	1,34%	1,34%	1,40%	1,429%	1,559%	1,61%
Limite Máximo (2,200% da RCL)	10.997.065	12.291.541	13.572.534	14.434.073	14.114.720	14.839.500
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	499.866.613	558.706.387	616.933.349	656.094.218	641.578.197	674.522.742

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal.

No que tange ao percentual da despesa com pessoal em relação à RCL, percebe-se que este vinha caindo desde 2010 tanto para o Poder Executivo Federal quanto para os ex-territórios de Amapá e de Roraima. Isto se devia, principalmente, ao fato de que o aumento da RCL vinha sendo proporcionalmente maior do que o aumento das despesas com pessoal para todos estes entes.

Contudo, a partir de 2013, nota-se a elevação no percentual da despesa com pessoal em relação à RCL, para todos os entes.

Cabe observar que, inobstante o aumento do percentual de despesa com pessoal em relação à RCL, a despesa com pessoal para todos os entes ainda apresenta uma margem de aumento, sem risco de se atingir o limite máximo estabelecido na LRF e no Decreto nº 3.917/2001 no curto prazo.

5.13.2. Dívida Consolidada Líquida (DCL)

A dívida pública pode ser classificada em mobiliária e contratual, sendo a primeira um dos principais itens da dívida consolidada bruta. Cabe registrar que a dívida consolidada não inclui as obrigações existentes entre as administrações diretas da União e seus respectivos fundos, autarquias,

fundações e empresas estatais dependentes, ou entre essas entidades da administração indireta.

Destaca-se que os limites das dívidas, Consolidada Líquida e Mobiliária para a União, ainda não foram regulamentados pelo Senado Federal e Congresso Nacional, respectivamente, estando em tramitação o Projeto de Resolução do Senado nº 84/2007 e o Projeto de Lei nº 3.431/2000, que tratam da matéria.

Na ausência desse limite legal, o TCU vem considerando como limite indicativo o referencial de 350% da RCL para a Dívida Consolidada Líquida da União e de 650% da RCL para a Dívida Mobiliária, conforme proposto pelo Poder Executivo.

A dívida mobiliária é apurada em valores brutos, o que justifica a proposição de um limite consideravelmente superior ao aplicado à dívida consolidada líquida, a qual resulta da diferença entre a dívida consolidada bruta e o ativo disponível e haveres financeiros.

A seguir são apresentados os valores constantes do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (DCL) da União no 3º quadrimestre de 2015, bem como o montante acumulado ao final do exercício de 2014:

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
R\$ MILHARES

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	VARIAÇÃO %
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	3.452.539.210	4.073.909.913	18,0%
Dívida Mobiliária	3.395.698.428	4.053.082.416	19,4%
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP nº 435/08)	0	0	0
Dívida Contratual	43.827.822	7.257.794	-83,4%
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	85.009	295.137	247,2%
Outras Dívidas	12.927.951	13.274.567	2,7%
DEDUÇÕES (II)	2.100.062.767	2.343.304.205	12,0%
Ativo Disponível	603.539.838	879.390.031	45,7%
Haveres Financeiros	1.534.972.307	1.509.174.008	-1,2%
(-) Restos a Pagar Processados	-38.449.377	-45.259.835	17,7%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	1.352.476.442	1.730.605.708	27,3%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	641.578.197	674.522.742	5,1%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	210,80%	256,57%	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL ¹	-	-	-

Fonte: Siafi

¹ Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

A Dívida Consolidada Líquida da União encerrou o 3º quadrimestre de 2015 em R\$ 1.730,6 bilhões, contra R\$ 1.352,4 bilhões observados no final do exercício de 2014.

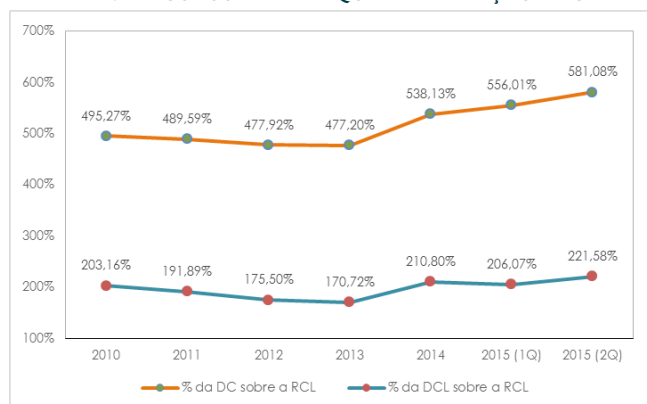
Em proporção da Receita Corrente Líquida (RCL), houve elevação no citado período, passando de 210,80% para 256,57%. A ampliação do percentual de endividamento no exercício de 2015 decorreu notadamente do aumento ocorrido na dívida mobiliária (19,4%).

Embora os valores de precatórios tenham resultado numa variação de 247,2% de um exercício para o outro, dada a pouca representatividade no total da Dívida Consolidada, tal variação não tem influencia significativa na DC.

Sob a perspectiva do cumprimento dos limites das dívidas Consolidada Líquida (350% da RCL) e Mobiliária (650% da RCL) propostos ao Congresso Nacional e ao Senado Federal, respectivamente, verifica-se que a União mantém-se dentro destes parâmetros fiscais, os quais são utilizados pelo TCU na análise do cumprimento dos limites.

O saldo da Dívida Consolidada Líquida finalizou o exercício de 2015 no patamar de 256,57% da RCL, enquanto o saldo da Dívida Consolidada Bruta alcançou 603,97% da RCL. A seguir, apresenta-se gráfico com a evolução do percentual da DC e da DCL em relação à RCL:

EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM RELAÇÃO À RCL



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal.

Verifica-se no gráfico anterior que a Dívida Consolidada Líquida da União, em relação à Receita Corrente Líquida, apresentava trajetória de queda contínua desde 2010, sendo que, em 2014, houve uma elevação do percentual da DCL em relação à RCL. Situação que se repetiu no exercício de 2015, resultando no percentual de 256,57%.

Da mesma forma, a trajetória de queda do percentual da DC em relação à RCL foi interrompida em 2014 e 2015, atingindo os percentuais de 538,13% e 603,97%, respectivamente.

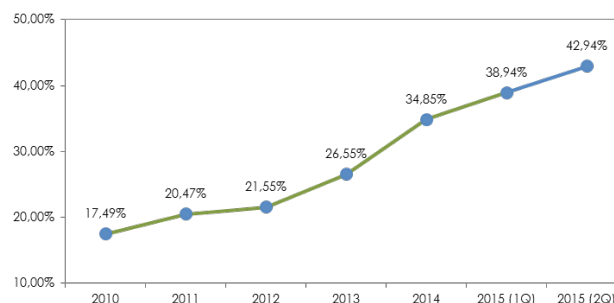
5.13.3. Garantias e Contragarantias de Valores

Um importante mecanismo para controle do potencial endividamento da União diz respeito às garantias concedidas e respectivas contragarantias de valores recebidas pela União.

O art. 9º da Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal fixa o limite de 60% da RCL para o montante das garantias concedidas pela União em operações de crédito externo e interno. Já as contragarantias constituem exigência do §1º do art. 40 da LRF.

Cabe destacar que a União poderá conceder garantias, constituindo tais concessões uma faculdade e não uma obrigatoriedade para o ente federal. A concessão de garantias, porém, somente poderá ocorrer se os Poderes e órgãos autônomos dos entes beneficiários (estados e municípios) comprovarem o cumprimento de condicionantes fixadas pela Constituição, pela própria LRF e por resoluções do Senado Federal. O Gráfico a seguir apresenta a evolução do percentual das Garantias Concedidas em relação à RCL:

EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE GARANTIAS CONCEDIDAS



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal.

Depreende-se que, desde 2010, tem havido crescimento no percentual das Garantias Concedidas, contudo, o atual percentual de 45,29% ainda está abaixo do limite estabelecido (60%).

Cabe destacar que, para cada Garantia deverá ocorrer a contragarantia, sendo esta dispensada para as operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União (art. 40 da LFR), ou para operações realizadas anteriormente à Resolução nº 96/89 do Senado Federal, que passou a exigir a vinculação de contragarantias a partir de sua edição. Também, a modalidade de operações de seguro de crédito à exportação não exige contragarantia.

5.13.4. Operações de Crédito

O Demonstrativo das Operações de Crédito apresenta o endividamento público ao longo do exercício. Enquanto a dívida é acompanhada pelo saldo

a cada quadrimestre (estoque), o controle das operações de crédito se dá pelo fluxo das contratações ao longo do exercício em análise.

A Resolução nº 48/2007 do Senado Federal estabeleceu que o limite para a União contratar operações de crédito é de 60% da RCL por exercício financeiro. Assim, para efeito da apuração do limite das operações de crédito, consideram-se as contratações realizadas em um exercício financeiro.

A tabela e o gráfico a seguir apresentam a evolução do percentual das Operações de Crédito Líquidas (operações de créditos excluídas amortização/refinanciamento e outras deduções) em relação à RCL:

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITOS – VALORES EM R\$ BILHÕES

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	PERÍODOS					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Operações de Crédito Sujeitas ao Limite para Fins de Contratação (I)	711,99	678,94	814,41	605,42	916,70	1.123,38
Total da Amortização / Refinanciamento (II)	514,04	577,34	620,52	576,74	808,54	753,87
Outras Deduções (III)	48,33	53,35	179,91	38,38	27,75	156,89
Operações de Créditos Líquidas (I-II-III)	149,62	48,25	13,97	0,00	80,41	212,62
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	499,87	558,71	616,93	656,09	641,58	674,52
% das Operações de Crédito Líquidas sobre a RCL (I-II-III / IV)	29,93%	8,64%	2,27%	0,00%	12,53%	31,52%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Externas e Internas - 60%	299,92	335,22	370,16	393,66	384,95	404,71

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal.

EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO LÍQUIDAS EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo

Verifica-se uma trajetória de queda no percentual das Operações de Crédito Líquidas em relação à RCL no período de 2010 a 2013, com um aumento em 2014, em virtude de novas operações de crédito contratadas (cerca de R\$ 311,2 bilhões), o que elevou o percentual para 12,53%. Em 2015, esse percentual atingiu 31,52% do limite estabelecido.

A relação entre as operações de créditos e a RCL só não foi maior em virtude das deduções legais permitidas cujo montante alcançou R\$ 911 bilhões (81%) do total das operações de créditos realizadas até o quadrimestre de referência.

Assim, considerando a metodologia estabelecida para a aferição do limite das operações de crédito, constata-se que ao longo dos últimos anos tais indicadores estão abaixo do estabelecido pelo Senado Federal (60%).

5.13.5. Disponibilidades e Restos a Pagar

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar visa a dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa. Deve ser elaborado somente no último quadrimestre pelos Poderes e órgãos com poder de autogoverno, tais como o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

Como regra geral, as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte com a suficiente disponibilidade de caixa.

Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato.

O Demonstrativo apresenta informações sobre a disponibilidade de caixa bruta, as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa líquida para cada recurso vinculado, bem como dos não vinculados.

O montante final é o valor disponível após as obrigações financeiras, conforme definição da Lei 4.320/1964, ou seja, apenas as obrigações independentem de execução orçamentária, não sendo deduzidos os valores relativos às obrigações não financeiras, denominadas Passivo Permanente, tendo em vista dependerem ainda de autorização orçamentária para sua liquidação.

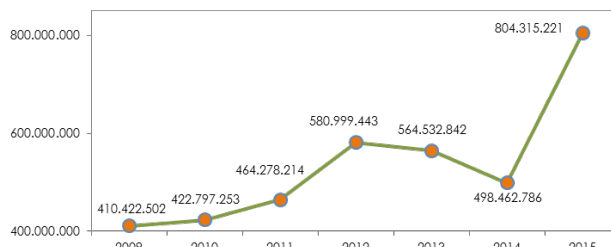
Em 2015, havia disponibilidade líquida de caixa de R\$ 804,3 bilhões antes do abatimento dos Restos a Pagar não Processados, enquanto que, em 2014, tal disponibilidade era de R\$ 498,4 bilhões.

Cumprir informar que as disponibilidades devem ser analisadas por fonte, sendo que eventuais insuficiências em fontes vinculadas poder ser supridas por disponibilidades do Tesouro, mas o contrário não poder ser observado tendo em vista que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Desta forma, embora os Recursos vinculados à Seguridade Social, à Previdência Social (RGPS) e à Previdência Social (RPPS) estejam com disponibilidade líquida negativa, as obrigações financeiras nestas fontes são supridas pelas fontes recursos do tesouro e ordinários.

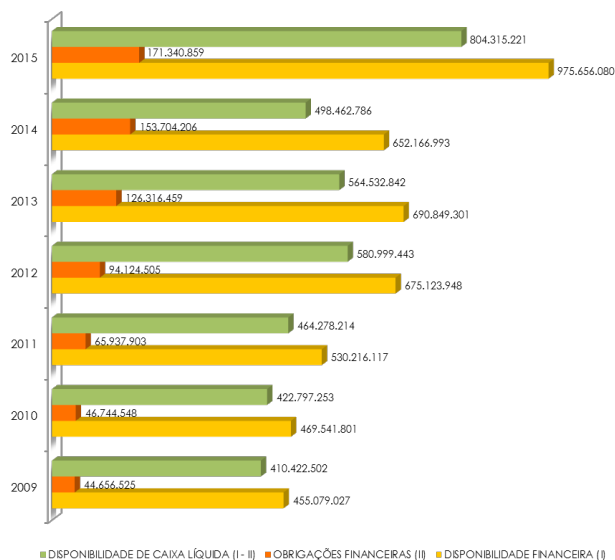
Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos valores da Disponibilidade Líquida de Caixa, entre 2009 e 2015, e um comparativo da Disponibilidade Financeira, Disponibilidade de Caixa Líquida e Obrigações Financeiras, entre os anos de 2009 a 2015.

DISPONIBILIDADE LÍQUIDA DE CAIXA



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal.

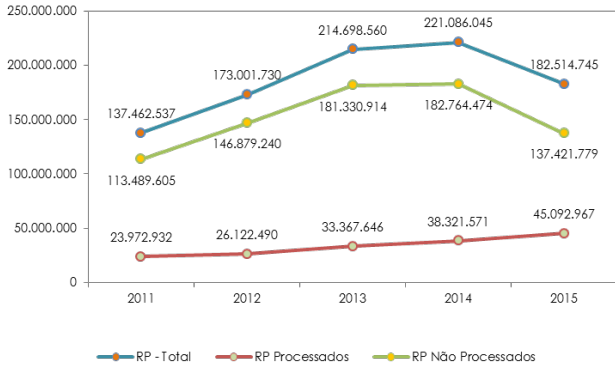
DISPONIBILIDADES DE CAIXA



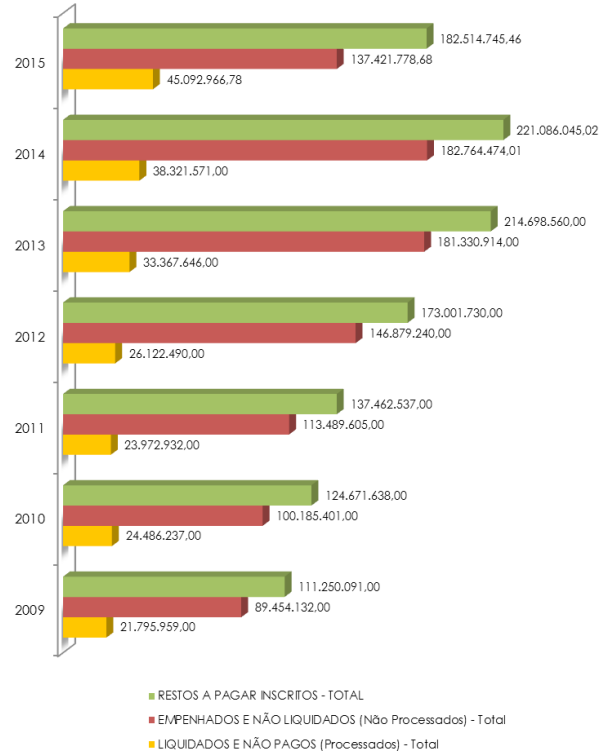
Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal.

Apresenta-se no gráfico a seguir evolução dos valores inscritos em Restos a Pagar (Processados e Não Processados):

**RESTOS A PAGAR INSCRITOS
PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS**



INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR



Conforme se verifica no gráfico acima, a trajetória crescente no valor das inscrições em Restos a Pagar sofreu acentuado declínio em 2015, passando de R\$ 221 bilhões em 2014 para R\$ 171 bilhões, ou seja, queda de mais de 20%, tendo os valores retornados ao patamar de 2012.